

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
Campus Monteiro

Projeto Pedagógico do
**Curso Superior de Tecnologia em Análise e
Desenvolvimento de Sistemas**

Monteiro – PB
2011



João Batista de Oliveira Silva
REITOR

Paulo de Tarso Costa Henriques
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Antônio Carlos Gomes Varela
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ricardo Lima e Silva
DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* MONTEIRO

e

Ítalo Oriente
DIRETORA DE ENSINO DO *CAMPUS* MONTEIRO

Maria José Aires Freire de Andrade
DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO E DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Umberto Gomes da Silva Júnior
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud	Pedagoga
Bruna Alice Lima da Silva	Docente
Henrique do Nascimento Cunha	Docente
Hugo Feitosa de Figueirêdo	Docente
Mirna Carelli Oliveira Maia	Docente

SUMÁRIO

COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO.....	3
SUMÁRIO.....	4
1. Dados da Instituição	9
1.1. Corpo dirigente	9
1.1.1. Currículo dos dirigentes	10
1.2. Histórico da Instituição.....	12
1.3. O Estado da Paraíba	13
1.3.1. A Inserção Regional do IFPB – Síntese da Capacidade Produtiva do Estado da Paraíba 13	
1.3.1.1. Dados Básicos	13
1.3.1.2. Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2005.....	14
1.3.1.3. Ensino: Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2006.....	14
1.3.1.4. Produto Interno Bruto 2005	14
1.3.1.5. Instituições Financeiras 2006	15
1.4. O Município de Monteiro.....	15
1.4.1. Dados Educacionais do Município de Monteiro.....	16
1.4.1.1. Matrículas	16
1.4.1.2. Docentes.....	16
1.4.1.3. Escolas	17
1.5. Atividades principais da instituição	17
1.6. Áreas de atuação da instituição	18
1.7. Tabela resumo de informações sobre os cursos oferecidos pela instituição	18
1.7.1. Curso técnico integrado:	18
1.7.2. Curso técnico subsequente:.....	18
1.7.3. Curso de graduação:.....	18
1.8. Mecanismo institucionalizado permanente de articulação com os segmentos produtivos a que estão vinculados os cursos para a definição da oferta de cursos, vagas e atualização curricular	19
2. Organização didático-pedagógica	20
2.1. Dados Gerais do Curso	25

2.1.1.	Dados Cadastrais do Curso	25
2.1.2.	Regime de matrícula	26
2.2.	Administração acadêmica.....	26
2.2.1.	Coordenação do curso	26
2.2.1.1.	Atuação do coordenador	26
2.2.1.2.	Formação e experiência (acadêmica e profissional) do coordenador	26
2.2.1.3.	Dedicação à administração e à condução do curso	26
2.2.1.4.	Articulação da gestão do curso com a gestão institucional.....	26
2.2.1.5.	Implementação de políticas institucionais constantes no PPI e no PDI, no âmbito do curso	27
2.2.2.	Colegiado do curso	27
2.2.2.1.	Compete ao Colegiado de Curso:	27
2.2.2.2.	Composição e funcionamento	28
2.2.2.3.	Articulação do colegiado do curso ou equivalente com os colegiados superiores da instituição	28
2.3.	Organização e desenvolvimento curricular (Projeto pedagógico do curso: PPC)	29
2.3.1.	Concepção do curso	29
2.3.1.1.	Justificativa da oferta do curso	29
2.3.1.2.	Missão	32
2.3.1.3.	Objetivos.....	33
2.3.1.4.	Perfil do egresso	34
2.3.1.5.	Áreas de atuação	35
2.3.2.	Práticas pedagógicas	35
2.3.2.1.	Matriz curricular.....	36
2.3.2.2.	Organização curricular	37
2.3.2.3.	Estratégias de ensino.....	39
2.3.2.4.	Estratégias de flexibilização curricular.....	39
2.3.3.	Avaliação	40
2.3.3.1.	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	41
2.3.3.2.	Requerimentos de verificação de aprendizagem.....	42
2.3.3.3.	CrITÉrios de Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos ..	43
2.3.4.	Outros itens da organização e desenvolvimento curricular.....	45
2.3.4.1.	Organograma dos Requisitos e Formas de Acesso	45

2.4.	Atividades acadêmicas articuladas à formação prática profissional e/ou estágio	45
2.4.1.	Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento de atividades.....	46
2.4.2.	Formas de apresentação dos resultados parciais e finais	46
2.4.3.	Relação aluno/orientador	46
2.4.4.	Participação em atividades internas	47
2.4.5.	Abrangência das atividades e áreas de formação	47
2.4.6.	Carga horária das atividades.....	47
2.5.	Atividades acadêmicas articuladas à formação: TCC	47
2.5.1.	Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso	48
2.5.2.	Meios de divulgação de trabalhos de conclusão de curso.....	49
2.5.3.	Relação aluno/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso	50
2.6.	Atividades acadêmicas articuladas à formação: Atividades complementares	50
2.6.1.	Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento das atividades complementares.....	51
2.6.2.	Oferta regular de atividades pela IES.....	51
2.6.3.	Incentivo à realização de atividades fora da IES	52
2.7.	ENADE (NSA)	52
3.	Corpo discente, corpo docente e corpo técnico-administrativo	53
3.1.	Corpo discente: Atenção aos discentes	53
3.1.1.	Apoio à promoção de eventos internos	53
3.1.2.	Apoio à participação em eventos	54
3.1.3.	Apoio à participação em eventos	54
3.1.4.	Mecanismos de nivelamento	55
3.2.	Corpo docente	56
3.2.1.	Plano de carreira docente	56
3.2.2.	Formação, experiência acadêmica e profissional, publicações e produções	56
3.2.3.	Atuação nas atividades acadêmicas	57
3.2.4.	Perfil do corpo docente pretendido para o curso, a partir do 2º Ano (quando do pedido de autorização).....	58
3.3.	Corpo técnico-administrativo – Atuação no âmbito do curso.....	59
3.3.1.	Plano de carreira técnico-administrativa.....	59
3.3.2.	Política de aperfeiçoamento/qualificação/atualização técnico-administrativa	59

3.3.3.	Corpo técnico-administrativo	60
3.3.4.	Atuação nas atividades acadêmicas	60
4.	Instalações físicas	61
4.1.	Instalações gerais (Infraestrutura física)	61
4.1.1.	Distribuição do espaço físico existente e/ou a expandir	61
4.1.2.	Plano de expansão (resumo)	62
4.2.	Infraestrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (PNEs) 62	
4.2.1.	Infraestrutura para alunos com mobilidade reduzida	62
4.2.2.	Plano e compromisso formal da instituição em prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala especial para alunos com deficiência visual/auditiva	63
4.3.	Biblioteca	63
4.3.1.	Organização da biblioteca	63
4.3.2.	Horário de funcionamento	63
4.3.3.	Livros – formação geral.....	63
4.3.4.	Livros – formação específica.....	63
4.3.5.	Periódicos, bases de dados específicas, jornais, revistas e outros.....	63
4.3.6.	Políticas institucionais de atualização do acervo no âmbito do curso	63
4.3.7.	Serviços de reprografia, catalogação, informação ao usuário, informatização, serviço de recuperação de informações, Internet, empréstimo, recursos audiovisuais e outros 64	
4.4.	Instalações especiais e laboratórios específicos.....	64
4.4.1.	Ambientes/laboratórios: tipos, quantidades, espaço físico, equipamentos, condições de conservação das instalações e materiais	64
4.4.1.1.	Quadro resumo dos recursos audiovisuais.....	64
4.4.1.2.	Quadro resumo da infraestrutura de informática para os demais cursos	65
4.4.2.	Equipamentos, normas e procedimentos de segurança	65
4.4.3.	Atividades de ensino (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade, etc.)	65
4.4.4.	Serviços prestados (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade, etc.)	65
4.4.5.	Protocolos de experimentos	65
4.4.6.	Comitê de ética em pesquisa	65

4.4.7. Políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso 70

5. Diploma	71
APÊNDICE	72
ANEXOS	73
ANEXO I	74

1. Dados da Instituição

Campus de elaboração e implantação do PPC

CNPJ:	10.783.898//0008-41
Razão social:	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba <i>Campus</i> Monteiro
Nome de fantasia:	IFPB <i>Campus</i> Monteiro
Esfera administrativa:	Autarquia Federal
Endereço:	Rodovia PB-264 Km 0 s/n, Vila Santa Maria
Cidade/UF/CEP:	Monteiro - PB / CEP: 58.500-000
Telefone/Fax:	+55 (83) 3351-2470 / 3351-2354
E-mail de contato:	ricardolima@ifpb.edu.br
Site do <i>Campus</i> :	http://www.ifpb.edu.br/campi/monteiro
Área do Plano:	Informação e Comunicação

1.1. Corpo dirigente

Dirigente Principal da Instituição de Ensino						
Cargo:	Diretor Geral					
Nome:	Ricardo Lima e Silva					
End.:	Rodovia PB-264 Km 0 s/n, Vila Santa Maria					
Cidade:	Monteiro	UF:	PB	CEP:	58.500-000	
Fone:	(83) 3351-2470	Celular:	(83) 9979-0907			
E-Mail:	ricardolima@ifpb.edu.br					

Diretoria de Desenvolvimento do Ensino							
Cargo:	Diretor de Ensino						
Nome:	Ítalo Oriente						
End.:	Rodovia PB-264 Km 0 s/n, Vila Santa Maria						
Cidade:	Monteiro			UF:	PB	CEP:	58.500-000
Fone:	(83) 3351-2354		Celular:	(83)			
E-Mail:	italo@ifpb.edu.br						

Diretoria de Administração e Planejamento					
Cargo:	Diretor de Administração e Planejamento				
Nome:	Marcos Vicente dos Santos				
End.:	Rodovia PB-264 Km 0 s/n, Vila Santa Maria				
Cidade:	Monteiro	UF:	PB	CEP:	58.500-000
Fone:	(83) 3351-2473	Celular:	(83) 9979-0907		
E-Mail:	marcosvicente@ifpb.edu.br				

1.1.1. Currículo dos dirigentes

CURRICULUM VITAE (CV)					
Dados Pessoais					
Nome:					
End.:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fone:		Fax			
E-Mail:					
CPF:		RG:			
Regime de trabalho :			Data de contratação :		

Titulação	
Na descrição especificar (nesta ordem): curso, área, instituição, cidade, UF e data de conclusão.	
Formação	Descrição
Graduação	
Aperfeiçoamento	
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	
Pós Doutorado	

Experiência Profissional Acadêmica

Na descrição especificar (nesta ordem): mês e ano de início, mês e ano de término, função (gestão, ensino, pesquisa, extensão), instituição, cidade e UF.

Item	Descrição
1	
2	
3	
4	
5	

Experiência Profissional - Não Acadêmica

Na descrição especificar (nesta ordem): mês e ano de início, mês e ano de término, função (atividade, cargo, etc.), empresa ou instituição, cidade, UF e descrição da experiência.

Item	Descrição
1	
2	
3	
4	
5	
6	

Publicações

Na descrição especificar: Tipo? (livro, artigo, manual, programa, etc...), Onde? (editora, veículo, mídia, etc...), Título, data da publicação ou veiculação. Caso seja necessário, crie mais linhas para especificar mais publicações.

Item	Descrição
1	
2	
3	
4	

1.2. Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB em seus cem anos de prestação de serviços educacionais à população paraibana recebeu nomeações diversas como: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba - de 1967 a 1999; IFPB de 1999 a dezembro de 2008 e, finalmente, IFPB, a partir de 2009.

Criada por Decreto do Presidente Nilo Peçanha, o seu perfil atendeu àquela década, a um tipo de demanda contextual e específica cujo fito maior era “dar” uma profissão básica aos desvalidos - pessoas desfavorecidas e até indigentes-, que formava uma espécie de categoria social em ordem crescente populacional e que, em tese, provocavam um aumento desordenado na população das cidades, notadamente com a expulsão de escravos – a partir de 1888-, das fazendas, que migravam para os centros urbanos.

A Escola da Paraíba, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, inicialmente funcionou no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, depois foi transferida para o Edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960 e, finalmente, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, todos em João Pessoa, Capital, e interiorizou suas atividades em 1995 com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED - Cajazeiras atual *Campus Cajazeiras*.

O IFPB oferece à sociedade dois níveis de educação:

- a) básica (ensino médio), e
- b) superior (graduação, pós-graduação e extensão).

Das duas vertentes a instituição exercita prática sobre as seguintes modalidades:

- 1. Básica: Técnica Integrada de Nível Médio, Subseqüente e ProEJA;
- 2. Superior: Superior de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado e Engenharias.

Todas as modalidades em consonância com a Constituição Federal e LDB (Lei 9.394/96) e normas delas decorrentes. A Instituição desenvolve, ainda, a oferta de cursos extraordinários (educação profissional inicial e continuada e cursos superiores de extensão), de curta e média duração, que são destinados a nichos de mercado, na forma de cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, objetivando o aperfeiçoamento da mão de obra que já está inserida no mercado. Além disso, o Centro executa atividades de pós-graduação *lato sensu* e de pesquisa aplicada com vista à efetivação da oferta de pós-graduação *stricto sensu*.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba tem como sua principal zona de atuação o Estado da Paraíba. Com 09 (nove) *campi* em funcionamento, localizados em João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Monteiro, Picuí, Patos, Cabedelo, Princesa Isabel e Cajazeiras, prepara-se para fazer funcionar 02 (dois) outros *campi* em Piancó e Guarabira.

Não excluindo atividades com movimentos que vão além do Estado da Paraíba e do estreitamento das relações internacionais, o IFPB realiza ensino, extensão e pesquisa nas seguintes áreas: comércio, construção civil, educação, geomática, gestão, indústria, informática, letras, meio ambiente, química, recursos pesqueiros, saúde, telecomunicações, turismo e hospitalidade, agrícola e, não se exclui a possibilidade da pecuária.

1.3. O Estado da Paraíba

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro, limitada pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2000, contava com uma população estimada em 3,44 milhões de habitantes, que segundo o IBGE cresceu para quase 3,6 milhões. Além dessa alteração, outras também são importantes, para ter-se uma clareza sobre o Estado paraibano, conforme está posto a seguir.

1.3.1. A Inserção Regional do IFPB – Síntese da Capacidade Produtiva do Estado da Paraíba

1.3.1.1. Dados Básicos

Capital: João Pessoa

Região: Nordeste

Gentílico: Paraibano

População Estimada em 2007: 3.650.303

Área (km²): 56.584,6

Densidade Demográfica (habitante por km²): 63,7

Número de Municípios: 223

Produto Interno Bruto (PIB): (2004) R\$ 14.863.913.000

Renda Per Capita: (2004) R\$ 4.165

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): (PNUD - 2000) 0,661

Principais Atividades Econômicas: agricultura, pecuária, serviços e turismo.

Mortalidade Infantil (antes de completar 1 ano): (em 2000) 45,5 / mil

Analfabetismo: (2003) 25%

Etnias: brancos (38%), negros (4%), pardos (56%)

Rios importantes: Paraíba, Piranhas, Mamanguape, Taperoá, Peixes e Sanhauá.

Clima: Tropical (região litorânea) e semi-árido (região interior);
FONTE: IBGE/2006

1.3.1.2. Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2005

Número de unidades locais: 1.302 Unidades Locais

Pessoal ocupado em 31/12: 52.613 Pessoas

Total de custos e despesas: (1000 R\$) 3.404.298 Reais

Valor bruto da produção industrial: (1000 R\$) 4.016.819 Reais

Total de custos das operações industriais: (1000 R\$) 2.164.163 Reais

Valor da transformação industrial: (1000 R\$) 1.852.656 Reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2005

1.3.1.3. Ensino: Matrículas, Docentes e Rede Escolar 2006

Matrícula - Ensino médio - 2006 (1) 170.123 Matrículas

Docentes - Ensino médio - 2006 (1) 9.443 Docentes

Docentes - Ensino pré-escolar - 2006 (1) 8.404 Docentes

Escolas - Ensino fundamental - 2006 (1) 6.059 Escolas

Escolas - Ensino médio - 2006 (1) 528 Escolas

Matrícula - Ensino superior - 2005 (2) 57.615 Matrículas

Docentes - Ensino superior - 2005 (2) 5.199 Docentes

Escolas - Ensino superior - 2005 (2) 32 Escolas

Escolas - Ensino superior - escola pública estadual - 2005 (2) 1 Escolas

Escolas - Ensino superior - escola pública federal - 2005 (2) 3 Escolas

Escolas - Ensino superior - escola pública municipal - 2005 (2) 0 Escolas

Escolas - Ensino superior - escola privada - 2005 (2) 28 Escolas

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP – Censo Educacional 2006

1.3.1.4. Produto Interno Bruto 2005

Valor adicionado na agropecuária: 1.072.171 mil reais

Valor adicionado na indústria: 3.392.154 mil reais

Valor adicionado no serviço: 10.592.779 mil reais

Impostos: 1.807.088 mil reais

PIB a preço de mercado corrente: 16.864.193 mil reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

1.3.1.5. Instituições Financeiras 2006

Número de Agências: 172 Agências

Operações de Crédito: R\$ 2.749.114.939,62

Depósitos à vista – governo: R\$ 222.032.629,11

Depósitos à vista – privado: 649.248.755,72

Poupança: R\$ 1.773.203.235,80

Depósitos a prazo: R\$ 798.054.044,01

Obrigações por Recebimento: R\$ 1.510.168,70

Fontes: Banco Central do Brasil, Registros Administrativos 2006; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

1.4. O Município de Monteiro

O município de Monteiro que abriga um dos *campi* do IFPB fica a 319 quilômetros de João Pessoa. Está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano da qual é a parte mais característica. Limita-se ao Norte com o município de Prata (PB); Oeste, com Sertânia, Iguaraci e Tuparetama (PE); ao Sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e, ao Leste, com Camalaú e Sumé (PB).

Com uma área de 1.009,90 Km², Monteiro é o maior município do Estado. Hoje com uma população estimada em 31.000 habitantes, possui uma bacia hidrográfica formada por um rio temporário, o Paraíba e quatro açudes: Pocinhos, com capacidade para armazenar 5.900.00 m³ de água; Poções, 29.106.000 m³; São José, 3.000.000 m³; e Serrote, 3.000.000 m³. Atualmente tem-se uma população regional estimada em 200.000 mil habitantes, excetuando-se o nosso estado vizinho de Pernambuco.

Economicamente, tem se desenvolvido com razoável velocidade, em função de ter preconizado iniciativas como o “Pacto Novo Cariri” instrumento não institucional, mas que modo consensual procurou incentivar investimentos na região e abrir nos governos estaduais e federal espaços para inserção de nosso município e dessa região no mapa de desenvolvimento.

Possui um povo extremamente resistente às adversidades que aqui vivem e produzem com as dificuldades e os abandonos sucessivos dos governos, mas mostrando permanentemente que aqui se pode investir desde que se faça de modo seguro e nos arranjos produtivos locais.

O município de Monteiro desponta no cenário estadual por apostar nas vocações econômicas locais e incentivar o desenvolvimento sustentável, apoiando-se nas ações de

geração de emprego e renda e investindo maciçamente na educação, principalmente no ensino básico, quanto no ensino superior de modo parceiro. É sede da 8ª Cia. de Polícia Militar, das superintendências estaduais de Educação, Saúde e Segurança e da coordenadoria do INSS. Ademais, é comarca de segunda entrância com três varas judiciais, sede da única Vara de Trabalho da região, além de escritórios regionais da Emater, Embrapa e Sebrae. Possui ainda 02 agências bancárias da rede oficial, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O município tem ainda gestão plena de saúde (SUS), sendo o único a dispor de um hospital regional (Hospital Santa Filomena).

Monteiro é portal de entrada do eixo leste para a transposição do Rio São Francisco e a única cidade a ter hoje seu Plano Diretor elaborado e aprovado através da lei municipal complementar nº 001/2006 de 09 de outubro de 2006, se apresentado com destaque na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados em Brasília nos dias 12 a 14 de dezembro de 2006.

1.4.1. Dados Educacionais do Município de Monteiro

1.4.1.1. Matrículas

• Matrículas - Ensino fundamental	5.778 Matrículas
• Escola pública estadual	2.469 Matrículas
• Escola pública municipal	2.845 Matrículas
• Escola privada	464 Matrículas
• Matrículas - Ensino médio	1.056 Matrículas
• Escola pública estadual	952 Matrículas
• Escola privada	104 Matrículas
• Matrículas - Ensino pré-escolar	1.413 Matrículas
• Escola pública estadual	296 Matrículas
• Escola pública municipal	841 Matrículas
• Escola privada	276 Matrículas

1.4.1.2. Docentes

• Docentes - Ensino fundamental	256 Docentes
• Escola pública estadual	91 Docentes
• Escola pública municipal	132 Docentes
• Escola privada	33 Docentes

• Docentes - Ensino médio	58 Docentes
• Escola pública estadual	45 Docentes
• Escola privada	13 Docentes
• Docentes - Ensino pré-escolar	72 Docentes
• Escola pública estadual	15 Docentes
• Escola pública municipal	44 Docentes
• Escola privada	13 Docentes

1.4.1.3. Escolas

• Escolas - Ensino fundamental	43 Escolas
• Escola pública estadual	10 Escolas
• Escola pública municipal	30 Escolas
• Escola privada	03 Escolas
• Escolas - Ensino médio	02 Escolas
• Escola pública estadual	01 Escola
• Escola privada	01 Escola
• Escolas - Ensino pré-escolar	39 Escolas
• Escola pública estadual	08 Escolas
• Escola pública municipal	28 Escolas
• Escola privada	03 Escolas

1.5. Atividades principais da instituição

A consagrada articulação entre ensino, pesquisa e extensão é básica para a sustentação do IFPB. A qualidade do ensino depende da competência em pesquisa. As atividades de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversos casos, a participação de alunos em atividades de extensão pode constituir em situação essencial de formação. A participação discente nos projetos e atividades de pesquisa e extensão proporciona formação integral ao estudante. Importa ressaltar nessa articulação seu caráter dinâmico. Propostas de ensino, projetos de pesquisa e experiências de extensão passam por transformações com o passar do tempo e o caráter dinâmico da articulação permite que a qualificação em uma esfera possa representar superação de dificuldades nas demais.

1.6. Áreas de atuação da instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus Monteiro*, iniciou sua atividade em 2009 ofertando 01 curso de nível superior na área de infraestrutura e 02 cursos técnicos de nível médio nas modalidades integrado e subsequente nas áreas de informática e gestão escolar. Em 2011, foi ofertado o curso médio subsequente em Instrumento Musical.

Também está previsto a ampliação de ofertas pela instituição, com a implantação de novos cursos de nível superior. O curso de Licenciatura em Computação (presencial e EAD) e o Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Para a educação de jovens e adultos está previsto o curso de carpintaria (PROEJA).

1.7. Tabela resumo de informações sobre os cursos oferecidos pela instituição

1.7.1. Curso técnico integrado:

NOME DO CURSO	VAGAS/ANO	Nº TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	40/2010 40/2011	02	63
Técnico em Instrumento Musical	30/2011	01	19

1.7.2. Curso técnico subsequente:

NOME DO CURSO	VAGAS / ANO	Nº TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	40/ 2009.2 40/2010.1 40/2010.2 40/2011.1 40/2011.2	5	176

1.7.3. Curso de graduação:

NOME DO CURSO	VAGAS / ANO	Nº TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Tecnologia em Construção de Edifícios	40/2009.2 40/2010.1	5	164

	40/2010.2 40/2011.1 40/2011.2		
--	-------------------------------------	--	--

1.8. Mecanismo institucionalizado permanente de articulação com os segmentos produtivos a que estão vinculados os cursos para a definição da oferta de cursos, vagas e atualização curricular

Preencher a posteriori.

2. Organização didático-pedagógica

A possibilidade de consolidar as atividades do IFPB, no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país com o avanço da qualificação em tecnologia tem convivido face a face com o aumento da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional.

As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual o novo modelo institucional deve interagir. Essas incertezas merecem tanto mais atenção quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir ao IFPB cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de idéias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à idéia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do mercado. Se for verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior,

disso não resulta, no entanto, que o IFPB venha a ser apenas um prestador de serviços para a cobertura de vagas.

O Projeto Político - Pedagógico do IFPB, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, o IFPB estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, o IFPB quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, o IFPB estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que o IFPB estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra no IFPB deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos do IFPB investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública, desta recebe a qualificação necessária para, através de suas idéias e seu trabalho, beneficiar a sociedade. Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo.

Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação. Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela

experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um agente de mudança capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação, se deixa de lado o componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno do IFPB vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta os elementos supracitados, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

A fim de dar condições para a implementação de práticas acadêmicas que contribuam para o benefício social, é necessário que o IFPB se organize internamente, em coerência com seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto. Para isso, deve desenvolver um respeito a princípios de trabalho capazes de sustentar essa coerência e qualificar essa interação.

Administrativamente, é preciso evitar que a burocracia institucional constitua um fim em si mesmo, pois a razão de ser da legislação futura e do sistema de funcionamento das diversas unidades institucionais é, antes de tudo, a possibilidade de dar condições para um trabalho produtivo. O aperfeiçoamento do sistema rumo à melhoria dessas condições é um aspecto importante da dinâmica operacional da administração, em que as normativas devem cumprir rigorosamente funções claras e compatíveis com os objetivos da instituição.

A consagrada articulação entre ensino, pesquisa e extensão é básica para a sustentação do IFPB. A qualidade do ensino depende da competência em pesquisa. As atividades de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversos casos, a participação de alunos em atividades de extensão pode constituir em situação essencial de formação. A participação discente nos projetos e atividades de pesquisa e extensão proporcionam formação integral ao estudante. Importa ressaltar nessa articulação seu caráter dinâmico. Propostas de ensino, projetos de pesquisa e experiências de extensão passam por transformações com o passar do tempo. As transformações ocorridas em uma esfera repercutem nas outras. O caráter dinâmico da articulação permite que a qualificação em uma esfera possa representar superação de dificuldades nas demais.

Para a qualificação dos egressos, em qualquer área de conhecimento, é necessário adotar duas tendências. A primeira é a aprendizagem interdisciplinar. Para compreender fenômenos e solucionar problemas, muito freqüentemente é necessário um trabalho de colaboração intelectual entre diferentes disciplinas, constituindo transversalidade. A segunda é o desenvolvimento de formação continuada. Os programas de formação devem reconhecer suas limitações temporais, preparar para experiências de integração social, e dar condições

para atualização constante. A valorização do egresso é importante para avaliar a consistência das ações da instituição.

Elementos como eficiência administrativa, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valorização da interdisciplinaridade e da formação continuada, são fundamentais para a condução racional da vida acadêmica humanizada. No entanto, a possibilidade de o sistema se sustentar, realizando adaptações internas sempre que necessário, só será efetivamente viabilizada, se a instituição dispuser de uma sistemática de avaliação interna qualificada. A avaliação institucional estabelece, quando rigorosa, confiável e objetivamente discutida, o horizonte de superação de limitações como dado interno ao sistema administrativo.

Em termos práticos, a implementação de uma condução da vida acadêmica caracterizada como ética e racional depende da participação de todos os segmentos da comunidade universitária. A interiorização de uma perspectiva renovada no cotidiano das atividades acadêmicas será permitida pela elaboração, no âmbito de cada curso do IFPB, de um Projeto Político-Pedagógico específico.

A possibilidade de cada curso do IFPB ter clareza quanto a suas prioridades, e estabelecer com coerência suas estratégias de trabalho, depende de seu modo de formular e encaminhar seus próprios interesses. Através da redação de um Projeto Político-Pedagógico, cada curso apresentará publicamente os seus princípios norteadores, contribuindo para que suas atividades sejam organizadas dentro de orientações coerentes e fundamentadas.

A grade curricular de um curso é parte integrante de um Projeto Político-Pedagógico. Sua construção deve ser compreendida não como enumeração de disciplinas, mas como estabelecimento de um campo de questionamento de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional. Sua sustentação depende não apenas de fidelidade à legislação em vigor, mas também de um plano de desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, esperadas no perfil do egresso. A racionalização da malha curricular, no interior do Projeto Político-Pedagógico de Curso, deverá levar em conta os modos como as disciplinas se relacionam entre si, e o papel dessas relações para chegar ao perfil de egresso. Poderão ser utilizados recursos como a atribuição de carga horária a atividades de iniciativa dos alunos, ou elaboradas pelos respectivos colegiados, a serem contabilizadas na parte flexível dos currículos, e a elaboração de projetos de ensino, destinados à articulação entre diferentes disciplinas, de acordo com as normas institucionais vigentes. As conexões entre ensino, extensão e pesquisa, capazes de tornar o processo de formação mais produtivo, devem ocorrer por iniciativa tanto de professores como de alunos. No processo de formação, alunos e professores são ambos responsáveis pelos resultados. Ambos devem estar atentos à realidade externa, sendo hábeis para observar as demandas por ela colocadas. Cada vez mais, problemas sociais, econômicos e culturais que repercutem na prática do cotidiano devem ser considerados na vivência acadêmica diária e nas relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem.

Em todas as áreas do conhecimento, e em todos os níveis de formação, o IFPB entende ser imprescindível a presença, na formação do aluno, de estudos de Ética. Sem essa presença, aspectos como a consciência da função social do saber produzido na Instituição Pública e Gratuita de Qualidade, e a relação entre necessidades individuais e problemas de caráter coletivo, se arriscariam a ficar à margem do processo. Cada curso deve não apenas prever a reflexão sistemática sobre Ética, como procurar, na medida do possível, incentivar atividades acadêmicas que situem a formação profissional em um horizonte de interesse humanístico.

Para além dos limites dos cursos regulares, o IFPB deve cumprir seu papel de oferecer oportunidades novas permanentemente, valorizando a perspectiva de formação continuada, incentivando, quando for viável, a realização de cursos seqüenciais, e implementando trabalhos em educação a distância.

Tanto no sentido geral, como no sentido específico de um Projeto para cada curso, no IFPB, o Projeto Político-Pedagógico é proposto como associação entre uma concepção de ensino, pautada em senso de responsabilidade pública, uma concepção de agente humano do Estado brasileiro, contextualizado no processo de transformações histórico-sociais, e uma avaliação das condições necessárias para a formação de egressos capazes de um desempenho satisfatório, aptos a contribuir para a intervenção social, interessados na superação de problemas. A implementação de práticas que considerem essa associação exige coerência institucional entre princípios e práticas, aspecto muitas vezes fácil de proclamar, e que exige trabalho coletivo rigoroso para cumprir.

Resultando de um comprometimento coletivo, em que o Colegiado de Curso tem um papel fundamental, o Projeto Político-Pedagógico de Curso deve supor uma fundamentação teórica geral, que o oriente conceitualmente; apresentar a política de formação do curso; explicitar as relações constituídas entre ensino, pesquisa e extensão; reservar espaço para o estudo de Ética; constantemente firmar valores referentes à dignidade humana; e deve prever, em seu próprio interior, a sistemática e o aproveitamento da avaliação institucional. Como tendência geral, que tem marcado as discussões curriculares recentes, é cada vez mais afirmado o valor da flexibilidade como princípio de organização curricular. O Projeto Político-Pedagógico de Curso deve estipular um grau razoável de flexibilização, capaz de permitir a atualização constante das atividades acadêmicas.

As decisões institucionais importantes deverão ser amparadas no exercício da avaliação institucional continuada. Sem uma avaliação que explicita claramente os problemas e os méritos das ações institucionais, toda decisão é arriscada e vaga. No contexto incerto e complexo em que vivemos, decisões arriscadas e vagas podem ter muitas conseqüências. Com a sistematização da avaliação institucional, cada curso especificamente, e o IFPB de modo geral, têm mais condições de compreender e planejar seu próprio universo de mudanças.

2.1. Dados Gerais do Curso

2.1.1. Dados Cadastrais do Curso

NOME DO CURSO					
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS					
NÍVEL		REGIME DE MATRICULA		PERIODICIDADE	
GRADUAÇÃO		DISCIPLINA		SEMESTRAL	
DIPLOMA CONFERIDO				DATA DE INÍCIO DO FUNCIONAMENTO	
TECNÓLOGO EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				Janeiro de 2012	
VAGAS AUTORIZADAS					
1º SEMESTRE			2º SEMESTRE		
MANHÃ	TARDE	NOITE	MANHÃ	TARDE	NOITE
-	-	40	-	-	40
CARGA HORÁRIA TOTAL		PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO		LIMITE MÁXIMO	
2469		7 SEMESTRES		12 SEMESTRES	
SITUAÇÃO					
AUTORIZADO		RECONHECIDO			
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO					
Ac. Rodovia PB-264 – Bairro Vila Sta Maria – Monteiro - PB					
DADOS DE CRIAÇÃO / AUTORIZAÇÃO					
DOCUMENTO					
N.º DOCUMENTO					
DATA DE PUBLICAÇÃO					
DADOS DE RECONHECIMENTO					
N.º DO PROCESSO					
DOCUMENTO DE RECONHECIMENTO					
N.º DOCUMENTO					
DATA DE EMISSÃO					
DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.					
CONCEITO					
PERÍODO DE VALIDADE					
N.º PARECER / DESPACHO					

2.1.2. Regime de matrícula

Matrícula por disciplina, respeitados os pré-requisitos constantes no fluxograma do curso, com periodicidade semestral.

2.2. Administração acadêmica

2.2.1. Coordenação do curso

Nome:	Prencher a <i>posteriori</i> .					
Titulação:						
Regime de Trabalho						
Endereço:						
Cidade:		UF:	PB	CEP:		
Fone:		Fax:		Cel:		
e-mail:						

2.2.1.1. Atuação do coordenador

Prencher a *posteriori*.

2.2.1.2. Formação e experiência (acadêmica e profissional) do coordenador

Prencher a *posteriori*.

2.2.1.3. Dedicção à administração e à condução do curso

Prencher a *posteriori*.

2.2.1.4. Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

Prencher a *posteriori*.

2.2.1.5. Implementação de políticas institucionais constantes no PPI e no PDI, no âmbito do curso

Prencher a *posteriori*.

2.2.2. Colegiado do curso

O Colegiado de Curso é órgão da administração acadêmica dos cursos de graduação do IFPB, abrangendo professores do curso e representação discente indicado pelos alunos do referido curso. O Colegiado do Curso é composto por cinco professores efetivos do curso, um representante discente e o coordenador do referido curso. O Coordenador do Curso é também o Coordenador do Colegiado e possuirá voto de desempate.

Cada docente participará de até dois Colegiados de Curso, não podendo, no entanto, ser considerado no cômputo do quadro do Colegiado para efeito de quorum se houver simultaneamente reunião dos dois Colegiados, optando por estar presente em um deles. Os demais professores do curso podem, mediante requerimento dirigido ao Coordenador, participar das reuniões do Colegiado, com direito a voz.

O Colegiado de Cursos reunir-se-á com metade mais um de seus membros e deliberará com a maioria simples dos presentes. Não havendo quorum para a realização de reuniões ordinárias, poderá o Coordenador convocá-las em caráter extraordinário com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

As reuniões ordinárias do Colegiado do Curso serão periódicas e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador, sendo, no entanto, consideradas reuniões especiais obrigatórias àquelas realizadas antes do início de cada período letivo para efeito de deliberações em matéria acadêmica, inclusive aprovação de planos de cursos e de atividades, por disciplina, e no final do período letivo para efeito de avaliação do curso, do desempenho acadêmico dos professores e alunos, tendo em vista a programação do próximo período acadêmico, assegurando padrão de qualidade.

2.2.2.1. Compete ao Colegiado de Curso:

- I – definir a concepção e os objetivos do curso e o perfil profissiográfico pretendido para os egressos;
- II – propor ao Conselho Diretor a alteração da estrutura do currículo pleno do curso, das ementas e de suas respectivas cargas horárias;
- III – elaborar a proposta do Planejamento Acadêmico do Curso para cada período letivo;
- IV – aprovar os planos de ensino e de atividade, por disciplina, para cada período letivo;
- V – propor a Diretoria de Ensino reprogramações do Planejamento Acadêmico;
- VI – decidir sobre aproveitamento de estudos, adaptação curricular e dispensa de disciplina;

- VII – propor a constituição de Bancas Examinadoras Especiais para a aplicação de exames especiais ou outros instrumentos específicos de avaliação de alunos;
- VIII – elaborar a proposta de projeto de estágio supervisionado e deliberar sobre as questões relativas ao estágio e Trabalho de Conclusão de Curso;
- IX – indicar docentes para a composição de Comissões Especiais responsáveis pela avaliação de trabalhos monográficos, produções científicas, resultados do programa de iniciação científica e outros assemelhados;
- X – emitir parecer sobre a possibilidade ou não de integralização curricular de alunos que tenham abandonado o curso ou já ultrapassado o tempo máximo de integralização;
- XI – emitir parecer em projetos de pesquisa, de extensão e de iniciação científica apresentados por professores, a serem submetidos à aprovação pela Gerência de Pesquisa e Projetos Especiais;
- XII – elaborar planos especiais de estudos, quando necessários;
- XIII – analisar processos de abono de faltas para alunos;
- XIV – executar a sistemática de avaliação do desempenho docente e discente segundo o Projeto de Avaliação do IFPB;
- XV – promover seminários, grupos de estudos e cursos de aperfeiçoamento e atualização do seu quadro docente;
- XVI – opinar sobre afastamento ou outras formas de movimentação de docentes;
- XVII – decidir sobre os recursos interpostos por alunos ou professores relacionados com atos e decisões de natureza acadêmica;
- XVIII – propor a Diretoria de Ensino providências relacionadas com a melhoria do desempenho acadêmico e do perfil dos profissionais que resultam do curso;
- XIX – cumprir e fazer cumprir o Regimento do Curso, bem como as decisões emanadas de órgãos superiores.

2.2.2.2. Composição e funcionamento

Prencher a *posteriori*.

2.2.2.3. Articulação do colegiado do curso ou equivalente com os colegiados superiores da instituição

Prencher a *posteriori*.

2.3. Organização e desenvolvimento curricular (Projeto pedagógico do curso: PPC)

2.3.1. Concepção do curso

A concepção e organização do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas oferecido pelo IFPB - *Campus* Monteiro está fundamentada nas distintas áreas profissionais definidas em legislação pelo Ministério da Educação e nos princípios que embasam o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB (PDI).

2.3.1.1. Justificativa da oferta do curso

As intensas transformações que vêm ocorrendo na economia mundial estão forçando países como o Brasil, a buscarem uma nova estratégia de desenvolvimento não somente baseada nos recursos naturais que ajudam a embasar a lei das vantagens competitivas, mas baseada na relação entre capital humano, tecnologia e flexibilidade institucional.

Avanços em tecnologias de informação e comunicação tornaram possível difundir e acessar informações em uma velocidade e em uma escala nunca vista antes, tornando vital o encadeamento da indústria com a ciência para os dinamismos locais, regionais e nacionais das estruturas de produção.

Ações desenvolvidas ao longo das últimas décadas pelo governo brasileiro vêm contribuindo ativamente para a promoção da inserção competitiva da indústria brasileira de tecnologias da informação no mercado concorrencial através de ações aplicadas nas áreas tecnológica e industrial voltadas para geração de tecnologias e maior agregação de valor nas cadeias produtivas.

Dentro deste contexto, a indústria de informática no Brasil, com o projeto de abertura comercial, sobreviveu a um período de transição para um regime consideravelmente novo, marcado pelo fim da reserva de mercado para a informática e da reforma de proteção comercial que removeu barreiras não-tarifárias e instituiu um programa de redução do nível e dispersão das alíquotas do imposto de importação.

O processo de abertura ao mercado mundial na década de 90 exigiu do setor uma total reestruturação com vistas a criar um novo ambiente de atração de investimentos externos e conseqüentes parcerias com as empresas nacionais, assim como trouxe a necessidade de se redesenhar o modelo produtivo local, assumindo, esta indústria, um lugar destacado na implantação de sistemas da qualidade, tendo sido a primeira indústria a obter tal certificado no Brasil.

Na década de 90 iniciou-se, portanto, uma expressiva mudança na política de informática do país rumo a um modelo mais aberto e simbolizado pela redução significativa de

alíquotas de importação para diversos itens. A necessária preocupação em dar suporte à indústria instalada no país e a exigência de se criar o ambiente de atratividade para o capital externo, já comentado, culminou na sanção da Lei 8248/91 de Incentivos Fiscais em Informática, que só foi regulamentada em 1993.

A atratividade da legislação de informática, em conjunto com políticas ativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atraiu para o país cerca de 100 novas empresas, em sua maioria, grandes nomes internacionais que hoje manufacturam bens de informática em diversas regiões do país. Adicionalmente, como resultado da legislação, que exigia como contrapartida investimentos de 5% do faturamento das empresas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no país, no período de 1993 a 1999 o montante desses investimentos atingiu R\$ 2,6 bilhões, proveniente das empresas que operam nas mais diversas regiões brasileiras.

No que tange ao domínio das inovações tecnológicas de produtos e processos em áreas-chave do setor, o governo brasileiro incentiva, através de investimentos em P&D, uma maior participação do setor produtivo privado nos dispêndios de ciência e tecnologia no país, uma maior interação entre os setores produtivo e acadêmico e a expansão do parque industrial de informática, gerando mais empregos qualificados associados a esse setor, além de estimular a difusão do uso da informática como meio de modernização de outros setores industriais e de serviços.

Assim, o Brasil vem desenvolvendo uma política estruturante para o setor de informática, principalmente apoiada em três pontos fundamentais:

- **(1)** relacionado ao desenvolvimento de *hardware*;
- **(2)** política de desenvolvimento de sistemas de informação;
- **(3)** reestruturação e desenvolvimento do setor de microeletrônica.

Os três pontos desta política visam, tanto isoladamente como em conjunto, criar condições de modificação do cenário das tecnologias de informação no país, no seu conceito de produção, viabilizando a participação do setor no mercado internacional. Por outro lado, ao longo da existência da política nacional de informática, construiu-se um cenário propício à consolidação do país como produtor mundial de sistemas de informação – setor dotado de forte dinamismo inovador e que se constitui num elemento central no novo paradigma tecnológico e econômico, sendo instrumento central na redução dos riscos e dos custos nos processos de produção de bens e serviços.

A estimativa de exportação de sistemas de informação brasileiros para 2005 é de 280 milhões de dólares, crescimento de 21,8% frente ao ano passado. Até 2007 o volume exportado deverá aumentar 60,9% na comparação com 2004, atingindo 370 milhões de dólares. Em 2009, essa cifra deverá chegar a 470 milhões de dólares. A pesquisa foi realizada

pela Consultoria de Tecnologia da Informação MBI, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, *Software* e Internet de São Paulo (Assespro) e Instituto de Tecnologia de *Software* de São Paulo (ITS) durante o mês de março considerando os dados do ano passado.

A Agência de Promoção de Exportações (Apex) promete dar impulso à exportação de sistemas de informação. A agência investirá US\$ 3,6 milhões na promoção comercial de programas de computador brasileiros no exterior. A expectativa é que no final de 2006, 80 empresas sejam atendidas e tenham embarcado US\$ 17 milhões. Serão contempladas empresas de Brasília, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

O Brasil possui atualmente 3.265 empresas de sistemas de informação, mas apenas 2,1% delas, ou 71 companhias, exportaram seus produtos ou serviços no ano passado, revelou um estudo da Consultoria de Tecnologia de Informação MBI. O volume exportado atingiu 235 milhões de dólares, de acordo com o levantamento que teve apoio da Assespro e do ITS. Na divisão por segmentos, sistemas de informação responderam por 110 milhões de dólares (46,8%), enquanto serviços e alocação de mão-de-obra atingiu os 125 milhões de dólares restantes. Os 20 maiores exportadores representaram 98% das vendas externas, ou 232 milhões de dólares.

Segundo o ministério da Ciência e Tecnologia, o Brasil vai investir cerca de R\$ 150 milhões por ano na formação de recursos humanos no setor de sistemas de informação, a partir da concessão de bolsas de estudo e outros benefícios, para que o país se torne menos dependente na área de informática no cenário internacional, já que o governo federal gasta por ano US\$ 1 bilhão com o pagamento de direitos autorais a fornecedores de sistemas de informação do exterior.

Com relação ao mercado local, a Paraíba já esta inserida a um bom tempo no circuito nacional e internacional de produção de sistemas de informação, tendo como destaque a cidade de Campina Grande. O agente SOFTEX de Campina Grande, que visa fomentar a exportação de sistemas de informação brasileiro no mercado oriental de forma sustentada, propôs um projeto com o objetivo de criar centros sino - brasileiro de negócios de base tecnológica para internacionalização de produtos e serviços de sistemas de informação junto à China.

Os ministérios de Ciência e Tecnologia brasileiro e chinês assinaram em dezembro de 2003, um memorando de entendimento para cooperação bilateral que prevê a construção de duas unidades, uma em Campina Grande e outra em Zhaoqing, localizada na província chinesa de Guangdong. Outra iniciativa é a criação do Centro de Capacitação Empresarial para Negócios de *Software*, para qualificação das empresas participantes do consórcio PBTech.

Dessa forma, pode-se dizer sem receio que hoje existem janelas de oportunidades para a indústria nacional e internacional de sistemas de informação. O grande desafio é construir uma marca que alie o Brasil à tecnologia da informação. Todas essas atividades que se dão

tanto no contexto público e privado, tanto do mercado nacional como internacional, possui acima de tudo uma característica competitiva e apresentam, cada vez mais, grande necessidade para atender às demandas geradas pela expansão do uso dos sistemas de informação. Esta grande demanda exige das instituições um programa mais acelerado e urgente de capacitação técnica específica para o exercício das atividades relacionadas à produção de sistemas de informação, fato este que justifica mais do que nunca a criação de cursos nesta área, inserido no contexto das universidades e da rede federal de educação tecnológica.

Todo esse crescimento acelerado depende agora, em grande parte, da formação de profissionais afinados com o estado da arte tecnológico de sistemas de informação, e um domínio dos processos de gestão capazes de conhecer o mercado de atuação, identificar novas demandas, gerar e implantar novos negócios em ambientes de alta competição.

Considerando toda essa realidade, principalmente o fato de que o governo brasileiro esta investindo de maneira incisiva na indústria de sistemas de informação, bem como o fato de que a Paraíba já faz parte desta realidade com o pólo Campina Grande, é que o IFPB *Campus Monteiro* investiu no Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, entendendo que este é um espaço promissor no que diz respeito à geração de emprego e valorização salarial do profissional. E isso se percebe quando se faz a relação entre a demanda do mercado, por sinal bastante exigente em termos de qualificação, com a quantidade mínima de profissionais que já foram formados nesta área pelas instituições de ensino até hoje.

Além disso, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas deverá possibilitar os seguintes benefícios para a região local:

- Fixação dos alunos na própria região. Dessa forma, os alunos não necessitam se deslocar para os grandes centros com a finalidade de realizar um curso nesta área;
- Atendimento a toda região do Cariri Paraibano e municípios fronteiriços de Estados como Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte;
- Promover a geração de incubadoras, o que poderá possibilitar a médio e longo prazo a criação de um pólo de desenvolvimento de sistemas de informação em Monteiro.

2.3.1.2. Missão

Promover um ensino de qualidade que atenda as demandas de formação profissional de nível superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, inserido na realidade local, através de uma visão sistêmica que permita atuar no cenário organizacional, competitivo e globalizado.

O *Campus Monteiro* do IFPB tem a finalidade de formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os

diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. No que diz respeito à extensão, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB, o *Campus* Monteiro tem como compromisso prestar serviços de consultoria, assistência técnica e tecnológica ao setor produtivo e à comunidade em geral, assim como oferecer educação continuada, proporcionando atualização e aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica, em sintonia com o mundo do trabalho.

2.3.1.3. Objetivos

O curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas tem como objetivos gerais promover a formação de profissionais capazes de compreender o processo de construção e reconstrução do conhecimento no domínio do desenvolvimento de sistemas de informação e, dessa forma, realizar atividades de concepção, especificação, projeto, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas computacionais, orientando suas ações na sociedade em geral e no mundo do trabalho. Os objetivos específicos para que sejam alcançados os objetivos gerais são:

- Oferecer um currículo que associe a teoria e prática no processo de formação dos estudantes;
- Oferecer um currículo que habilite os tecnólogos à realização competente e ética de projetos de pesquisa voltados para a produção do conhecimento no domínio do desenvolvimento de sistemas de informação;
- Formar um profissional capacitado e de fácil inserção no mercado de trabalho, capaz de adaptar-se às mudanças sociais e à evolução tecnológica.
- Possibilitar que o profissional realize com competência e capacidade a automatização de sistemas de informação nas organizações;
- Prover ao profissional o domínio de conceitos e de desenvolvimento de projetos de sistemas com aplicação de ferramentas automatizadas, linguagens de programação, de banco de dados e métodos e técnicas de engenharia de *software*;
- Transmitir conhecimentos relacionados à gerência de projetos e setores de informática para prover informação nas organizações empresariais;
- Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico na área de sistemas de informação, com ênfase na tecnologia da informação e suas aplicações;
- Atender às necessidades regionais e nacionais em termos de formação de recursos humanos na área de sistemas de informação.

2.3.1.4. Perfil do egresso

O tecnólogo em Análise e desenvolvimento de Sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação.

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPB *Campus* Monteiro tem por finalidade formar profissionais de nível superior proporcionando aos tecnólogos conhecimentos de cunho científico e tecnológico com base nas tendências da competitividade contemporânea, habilitando-os na atuação profissional a partir dos seguintes fundamentos gerais que caracterizam o seu perfil:

- Análise de processos de negócios e identificação de soluções de tecnologia da informação;
- Análise de requisitos junto a clientes e usuários;
- Avaliação de viabilidade técnica de desenvolvimento de sistemas de informação de acordo com os requisitos;
- Projeto de sistemas de informação;
- Avaliação do impacto de novas tecnologias no desenvolvimento de sistemas de informação;
- Avaliação da competência de equipes no desenvolvimento de sistemas de informação;
- Gestão das variáveis – prazo, custo, escopo, qualidade e riscos – no gerenciamento de projetos de sistemas de informação;
- Treinamento de equipes com relação a processos de desenvolvimento;
- Implementação de diferentes tipos de sistemas de informação;
- Testes de sistemas de informação;
- Implantação, treinamento e suporte de sistemas de informação;
- Projeto de interfaces para sistemas de informação;
- Trabalho em equipe de forma a minimizar conflitos interpessoais;
- Expressão, por meio de uma linguagem clara e precisa, e compreensão de idéias em português;
- Compreensão de idéias em inglês;
- Identificação das oportunidades de novos negócios;
- Capacidade de idealizar e viabilizar produtos e serviços inovadores na área de sistemas de informação;
- Identificação dos diversos recursos necessários à criação, legalização/legislação e funcionamento de um empreendimento.

2.3.1.5. Áreas de atuação

O Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas é o profissional que atua na área de informática apoiando qualquer segmento da cadeia produtiva que necessite de sistemas de informação como meio de automatizar seus processos. Este profissional poderá atuar em empresas públicas, privadas, prestadoras de serviço e/ou de forma autônoma na área de informática, produzindo sistemas de informação para diferentes finalidades.

Postos de trabalhos a serem ocupados pelos egressos:

- Analista de sistemas de informação;
- Gerente de projetos de sistemas de informação;
- Engenheiro de testes de sistemas de informação;
- Programador de sistemas de informação;
- Assessor de tecnologia da informação;
- Projetista de banco de dados;
- Empreendedor de negócios na área de tecnologia da informação.

2.3.2. Práticas pedagógicas

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas conduz a um fazer pedagógico nos quais as atividades como seminários, visitas técnicas, práticas laboratoriais, simulação com sistemas de informação educativos, desenvolvimento de projetos, trabalhos individuais e em grupo, resolução de listas de exercícios, entrevistas, relatórios de aulas práticas e de visitas, trabalhos práticos e teóricos e pesquisas, estão presentes em todos os períodos letivos do curso.

2.3.2.1. Matriz curricular

Sem.	Código	Disciplina	Aulas Semanais	Pré-requisitos	Carga horária Hora relógio
1	ADS11	Matemática Básica	4		67
	ADS12	Inglês Instrumental I	2		33
	ADS13	Português Instrumental	4		67
	ADS14	Programação I	6		100
	ADS15	Introdução à Computação	4		67
			20		334
2	ADS21	Gerência da Informação	4		67
	ADS22	Programação II	6	ADS14/ ADS15	100
	ADS23	Introdução a Redes de Computadores	4	ADS15	67
	ADS24	Metodologia da Pesquisa Científica	4	ADS13	67
	ADS25	Matemática Aplicada à Computação	2	ADS11	33
			20		334
3	ADS31	Inglês Instrumental II	2	ADS12	33
	ADS32	Estrutura de Dados e Algoritmos	6	ADS22/ ADS25	100
	ADS33	Banco de Dados I	6	ADS11/ ADS22	100
	ADS34	Padrões de Projeto	6	ADS22	100
			20		333
4	ADS41	Análise e Projeto	6	ADS22/ ADS34	100
	ADS42	Processos de Desenvolvidos	6	ADS34	100
	ADS43	Bancos de Dados II	4	ADS33	67
	ADS44	Sistemas Operacionais	4	ADS15/ ADS32	67
			20		334
5	ADS51	Desenvolvimento de Aplicações Corporativas	6	ADS41/ ADS42	100
	ADS52	Técnicas de Testes	6	ADS42	100
	ADS53	Análise e Algoritmos	4	ADS32	67
	ADS54	Sociedade e Tecnologia da Informação	2		33
			18		300
6	ADS61	Empreendedorismo	4		67
	ADS62	Relações Humanas no Trabalho	4		67
	ADS63	Projeto I	6	ADS24/ ADS51	100
	ADS64	Atividades Complementares	6		100
			20		334
7	ADS71	Projeto II	6	ADS63	100
	ADS72	Estágio Curricular	24		400
			06		100
Carga Horária Total das Disciplinas				1.969 horas	
Carga Horária Total Complementar				100 horas	
Carga Horária Obrigatória Total do Curso				2.069horas	
Carga Horária Total de Prática Profissional (Estágio Supervisionado Opcional)				400 horas	
Carga Horária Total do Curso				2.469horas	

2.3.2.2. Organização curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas está organizado em regime semestral, com sete semestres letivos, uma carga-horária total de 2.469 horas, sendo 2.069 horas destinadas às disciplinas e 400 horas ao estágio curricular, com prazo mínimo de 07 e máximo de 12 semestres para conclusão do curso. Estas disciplinas estão explicitadas em anexo (Anexo I), com a indicação das suas respectivas cargas horárias, objetivos, ementas, métodos e técnicas de aprendizagem e referências bibliográficas.

FLUXOGRAMA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

1º Semestre			2º Semestre			3º Semestre			4º Semestre			5º Semestre			6º Semestre			7º Semestre		
11	Matemática Básica		21	Gerência da Informação		31	Inglês Instrumental II	12	41	Análise e Projeto	33	51	Desenvolvimento de Aplicações Corporativas	41	61	Empreendedorismo		71	Projeto II	63
67			67			33			100		34	100		42	67			100		
12	Inglês Instrumental I		22	Programação II	14 15	32	Estruturas de Dados e Algoritmos	22 25	42	Processos de Desenvolvimento	34	52	Técnicas de Testes	42	62	Relações Humanas no Trabalho		72	Estágio curricular (OPTATIVO)	
33			100			100			100			100			67			400		
13	Português Instrumental		23	Introdução a Redes de Computadores	15	33	Bancos de Dados I	11 22	43	Bancos de Dados II	33	53	Análise de Algoritmos	32	63	Projeto I	51 24			
67			67			100			67			67			100					
14	Programação I		24	Metodologia da Pesquisa Científica	13	34	Padrões de Projeto	22	44	Sistemas Operacionais	15 32	54	Sociedade e Tecnologia da Informação		64	Atividades complementares				
100			67			100			67			33			100					
15	Introdução à Computação		25	Matemática Aplicada à Computação	11															
67			33																	
CH Semestral 334			CH Semestral 334			CH Semestral 333			CH Semestral 334			CH Semestral 300			CH Semestral 334			CH Semestral 500		

N	Nome da Disciplina	P
C		

N: Código da Disciplina C. H. não optativa: 2069
P: Pré-requisitos C. H. optativa: 400
C: Carga Horária C. H. Total: 2469

2.3.2.3. Estratégias de ensino

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB foi concebido como uma proposta eminentemente prática, onde na maior parte do tempo o aluno estará desenvolvendo atividades práticas em sala ou em laboratórios, simulando situações e desafios reais do profissional atuante nessa área.

A organização curricular do curso contempla eixos principais fundamentais para a formação do Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e uma fundamentação teórica contendo conteúdos direcionados para ampliar a capacidade crítica e reflexiva do discente. A fundamentação teórica-prática, habilitação técnica para execução de atividades práticas, integra os conteúdos dos demais eixos aplicando-os na prática profissional.

Entretanto sabe-se que, somente com atividades vivenciadas em sala de aula, os alunos não conseguirão vislumbrar as atividades do dia-a-dia que desenvolverão como profissionais. Por isso, sempre que necessário, os professores deverão oportunizar visitas técnicas em empresas dos mais variados segmentos, envolvendo para isso organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Isso será possível uma vez que os professores que farão parte do quadro docente do curso apresentarão, além da formação acadêmica, estreito vínculo com os setores produtivos envolvidos, facilitando a execução de visitas técnicas às referidas organizações.

A Instituição oportunizará práticas profissionais durante todo o curso (palestras, debates, oficinas, visitas técnicas, seminários), que além de possibilitar a complementação de competências não constituídas no período normal pelos alunos, também será um momento de integração, trazendo à discussão os temas presentes e atuais do mercado de trabalho.

2.3.2.4. Estratégias de flexibilização curricular

De forma a contemplar as novas Diretrizes e Bases da Educação, o Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas tentará trabalhar, em suas práticas pedagógicas, de forma transversal em todas as unidades curriculares: os elementos da ética, meio ambiente, cidadania, relações interpessoais, comunicação oral e escrita, pesquisa, criatividade, inovação e empreendedorismo. Assim, professores, alunos, mercado e instituições organizadas serão não apenas o meio, mas também o fim de um mesmo processo integrado: a construção de uma interação responsável e formadora.

As ações institucionais dirigidas para o desenvolvimento da pesquisa são incentivadas, planejadas, supervisionadas e avaliadas pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFPB, objetivando:

- Desenvolver projetos de pesquisas aplicadas junto aos setores produtivos e à sociedade;

- Criar e fomentar núcleos de produção tecnológica para a prestação de serviços e consultoria aos setores produtivos, organizações governamentais e não governamentais;
- Elaborar projetos com o objetivo de captação de recursos para fomento da pesquisa aplicada e produção tecnológica;
- Promover articulação entre a pesquisa aplicada, desenvolvida no âmbito institucional e interinstitucional, com o ensino de nível tecnológico;
- Promover eventos científicos e de incentivo à pesquisa tecnológica;
- Desenvolver ações voltadas para valorização da propriedade intelectual e registro de patentes; 24
- Dar suporte e apoio aos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e outras entidades de fomento à pesquisa;
- Desenvolver programas junto aos órgãos fomentadores de pesquisa científica e tecnológica, propiciando o aproveitamento de alunos bolsistas, nos diversos níveis de ensino do IFPB;
- Criar programas sociais e comunitários. São atribuições da Coordenação de Pesquisa e Extensão;
- Proporcionar intercâmbio e divulgação de ações, normalmente integradas com a comunidade externa;
- Promover cursos extraordinários de curta ou longa duração voltados para a comunidade interna e externa;
- Promover eventos (congressos, seminários, etc.) que tenham como objetivo aprofundar e atualizar conhecimentos em determinada área de conhecimento;
- Propor parcerias com órgãos governamentais e iniciativa privada, visando fomentar o desenvolvimento tecnológico.

2.3.3. Avaliação

A avaliação será compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua e cumulativa, com a verificação da aprendizagem, análise das dificuldades e redimensionamento do processo ensino/aprendizagem.

No processo de avaliação da aprendizagem serão considerados como instrumentos de avaliação definidos no plano de cada unidade curricular: debates, exercícios, testes e/ou provas, trabalhos teórico-práticos, projetos, relatórios e seminários, aplicados individualmente ou em grupos, realizados no período letivo, abrangendo o conteúdo programático desenvolvido em sala de aula ou extra-classe, bem como o exame final.

Os instrumentos de avaliação utilizados em cada semestre, assim como os critérios, a periodicidade, os pesos atribuídos a cada um deles deverão ser explicitados no programa de cada disciplina, o qual deverá ser divulgado pelo docente junto aos alunos no início do respectivo período letivo.

Informações gerais sobre a avaliação do desempenho acadêmico, incluindo, processos, formas, aproveitamento, reprovação, avaliação final entre outros, estão descritas nos Capítulos VII a X do Regulamento Didático para os Cursos Superiores.

2.3.3.1. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

O desempenho acadêmico dos estudantes por disciplina e em cada bimestre letivo, obtido a partir dos processos de avaliação, será expresso numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) correspondendo a, no mínimo: 02 (duas) verificações para disciplinas com até 50h e 03 (três) verificações para disciplinas com mais de 50h. Será considerado aprovado no semestre letivo o estudante que obtiver média aritmética igual ou superior a 70 (setenta) na respectiva disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total.

O exame final constará de prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina. Terá direito ao exame final o aluno que obtiver no mínimo de quatro pontos na média dos exercícios de verificação de aprendizagem. Será definido no Calendário Escolar um período destinado às provas finais.

Considerar-se-á aprovado na disciplina o (a) discente que

- a) Obtiver média semestral igual ou superior a sete e frequência igual ou superior a 75%.
- b) Que, após avaliação final, obtiver média maior ou igual a cinco.

A média final das disciplinas será obtida através da seguinte expressão:

$$MF = \frac{6.MS + 4.AF}{10}$$

MF = Média Final
MS= Média Semestral
AF = Avaliação Final

Considerar-se-á reprovado por disciplina o discente que obtiver:

- a) Frequência inferior a 75% da carga horária prevista para cada disciplina;
- b) Média semestral menor que quatro;
- c) Média final inferior a cinco, após exames finais.

As médias semestrais deverão ser remetidas à Coordenação de Controle Acadêmico - CCA, observando-se as datas fixadas no Calendário Escolar.

2.3.3.2. Requerimentos de verificação de aprendizagem

O aluno que não atingir o mínimo de quatro pontos na média dos exercícios de verificação da aprendizagem terá a média obtida como nota final do período. O exame de reposição e o exame final deverão ter seus resultados publicados no prazo estabelecido em calendário escolar. Será garantido ao discente o direito de solicitar revisão de verificação de aprendizagem até dois dias úteis após a divulgação dos resultados pelo docente da disciplina, mediante apresentação de requerimento à coordenação do curso, especificando o (s) critério (s) não atendido (s) bem como os itens e aspectos a serem revisados.

Cada requerimento atende a um pedido único de revisão de verificação de aprendizagem. O pedido será deferido mediante a confirmação de que o requerente participou da aula em que o docente discutiu os resultados do exercício de verificação da aprendizagem, exceto nos casos em que não tenha sido cumprido este requisito. A revisão deverá ser efetivada após os sete dias úteis, relativos ao prazo concedido ao docente para discutir em sala de aula os resultados do exercício de verificação da aprendizagem e até cinco dias úteis a partir da data da portaria de designação.

A revisão será efetuada por uma comissão, mediante portaria de designação, formada por cinco membros: o docente da disciplina, dois docentes relacionados com a mesma disciplina ou de disciplinas correlatas, um representante da Coordenação Técnico-Pedagógica e o discente. Em caso de impedimento legal, o docente responsável pela disciplina comunicará ao Coordenador do Curso, que designará três docentes relacionados com a mesma disciplina ou de disciplinas correlatas para compor a comissão e proceder a revisão dentro de um prazo máximo de três dias úteis a partir da data da portaria de designação. Na ausência do professor responsável pela disciplina, cuja justificativa não encontre respaldo, e findo o prazo regimental, a comissão será designada seguindo os mesmos parâmetros do parágrafo anterior.

O representante técnico-pedagógico conduzirá a reunião de revisão de verificação da aprendizagem, não terá direito a voto, mas poderá representar processo quando entender que é necessário pois identificou que houve prejuízo para qualquer das partes. A nota da verificação da aprendizagem objeto da revisão só poderá ser alterada no sentido da solicitação do aluno, tendo em vista que o docente deverá desde o princípio avaliar com o rigor necessário, impossibilitando a premiação ou a punição. Uma vez concluída a revisão da verificação da aprendizagem segundo os critérios estabelecidos no parágrafo anterior, não será concedido às partes o direito de recurso.

2.3.3.3. Critérios de Aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos

De acordo com as normas didáticas constantes nos artigos 188 e 189 do Regulamento Disciplinar para o Ensino Superior do IFPB, será assegurado o direito ao aproveitamento de estudos realizados com êxito, para fins de abreviação do tempo de integralização de seu curso, ao discente que:

- Estiver devidamente matriculado em curso de graduação do IFPB;
- For classificado em novo processo seletivo;
- Tiver efetuado reopção de curso;
- Tiver sido transferido;
- Desejar cursar concomitantemente outro curso de graduação em outra instituição devidamente reconhecida;
- Estiver sendo transferido oriundo de outra instituição.

O aproveitamento de estudos dar-se-á a partir do requerimento do discente à Coordenação do Curso com a apresentação do plano de ensino e histórico escolar da respectiva disciplina, devidamente carimbados e assinados pela instituição. Poderão ser aproveitadas disciplinas de qualquer período do curso. Inclusive, é possível ao aluno apresentar documentação comprobatória referente a duas ou mais disciplinas já cursadas e aproveitá-las para uma disciplina deste curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Alguns critérios devem ser considerados na avaliação para o aproveitamento de estudos, entre eles a correlação de carga horária e de conteúdo programático. O profissional responsável por verificar esta correlação é o professor da disciplina ou, em sua ausência, o coordenador do curso, no momento do julgamento da concessão. A concessão deste aproveitamento deve seguir as regras descritas na tabela a seguir.

Percentual de correlação (C) entre as disciplinas (Conteúdo programático e carga horária)	Regra
$C \geq 90\%$	Os créditos serão aproveitados.
$70\% \geq C < 90\%$	O professor da disciplina deve realizar atividades de avaliação do conteúdo que estiver faltando. Apenas se o aluno for aprovado nestas atividades, os créditos serão aproveitados.
$C < 70\%$	Os créditos não serão aproveitados.

Será considerado o período máximo de cinco anos após a conclusão da(s) disciplina(s) cursada(s) para que esta possa ser aproveitada. Esta regra não se aplica para aproveitamento de estudos realizados no curso de graduação do qual o aluno se transferiu para o IFPB e de estudos específicos da habilitação na qual o aluno já é diplomado.

Será assegurada a possibilidade de aceleração de estudos os discentes dos cursos de graduação do IFPB *Campus* Monteiro, mediante comprovação de conhecimentos e solicitação protocolada no semestre anterior ao de interesse para cursar a (s) disciplina (s), com o objetivo de: minimizar a repetição de aprendizagens e formalizar o aproveitamento de conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho.

Segundo a LDB (art. 41), este artifício poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos; abreviar o tempo de integralização do currículo, obtendo dispensa de disciplinas que compõem o currículo do curso realizado, (art. 47, § 2º da LDB). O candidato à aceleração de estudos poderá formalizar seu pedido somente uma vez por disciplina ao Colegiado de Curso nos períodos indicados no calendário escolar. Para operacionalização administrativa, o pedido de reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos coexistirão dois procedimentos:

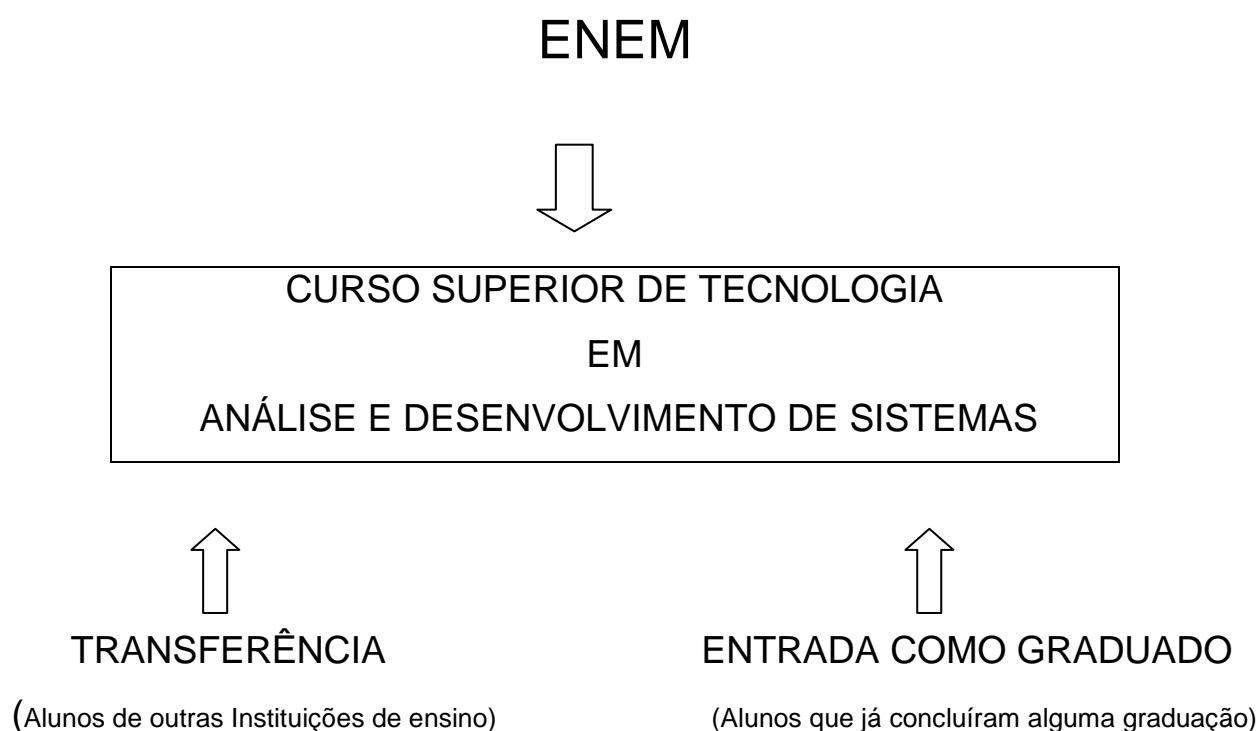
- a) Somente os discentes de semestres iniciais ou em implantação poderão apresentar requerimento ao Colegiado do Curso, via protocolo, no período de matrícula e a avaliação será feita em período indicado no calendário escolar.
- b)
- c) Os discentes cursando a partir do segundo semestre, poderão apresentar requerimento ao Colegiado de Curso, em período definido no calendário escolar, apenas nas disciplinas/componentes curriculares que serão oferecidas no semestre seguinte.

No protocolo deverá constar justificativa e/ou documentos comprobatórios de formação ou experiências anteriores em instituições de ensino ou em outras atividades, confirmando a alegação por parte do aluno do domínio dos conhecimentos/competências pertinentes à disciplina. O Colegiado de Curso proporá a constituição de banca examinadora ou outros instrumentos de avaliação específicos para a aceleração de estudos. Terá comprovado aproveitamento de estudos o discente que demonstrar na sua avaliação de desempenho pelo menos 70% dos conhecimentos/competências relativos à disciplina/componente curricular. Por fim, o candidato que obtiver dispensa de cumprir disciplinas terá consignada tal dispensa, bem como a nota obtida no processo de comprovação em causa no seu histórico escolar.

2.3.4. Outros itens da organização e desenvolvimento curricular

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas será realizado anualmente através do ENEM para ingresso no primeiro e segundo período e/ou por transferência ou por reingresso para ex-alunos e alunos de outras instituições de ensino superior conforme os critérios estabelecidos no Regulamento dos Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos pelo IFPB.

2.3.4.1. Organograma dos Requisitos e Formas de Acesso



2.4. Atividades acadêmicas articuladas à formação prática profissional e/ou estágio

A prática profissional objetiva a integração teoria-prática com base no princípio da interdisciplinaridade. Deve constituir-se em um espaço de complementação, ampliação e aplicação dos conhecimentos (re) construídos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social de forma a contribuir para a solução dos problemas detectados. A prática profissional deverá ser desenvolvida no decorrer do curso por meio de projetos, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços,

desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, estágio curricular, entre outras atividades em que o aluno possa relacionar teoria e prática.

O Estágio Curricular é uma disciplina de caráter obrigatório, devendo ser desenvolvida através de estágio supervisionado em empresas privadas ou estatais, instituições de P&D ou no próprio IFPB. Poderá ser iniciada a partir do sexto período, atendendo a todas as exigências constantes na legislação de estágio, ou seja, o cumprimento da carga horária, a elaboração e entrega do relatório, entre outros aspectos relativos ao estágio. O Estágio Curricular substituirá disciplinas optativas que, quando somados seus respectivos pesos, calculem o montante de 12 créditos.

2.4.1. Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento de atividades

As atividades programadas para o estágio curricular deverão desenvolver-se de forma contínua e serão acompanhadas por um professor que tenha afinidade com a área de atuação no estágio. O processo de planejamento, acompanhamento e avaliação do estágio (através de formulário específico) se dará através dos seguintes mecanismos:

- a) plano de estágio;
- b) cronograma de reuniões do aluno com o professor orientador;
- c) visitas à empresa pelo professor orientador;
- d) relatório de estágio elaborado pelo aluno.

2.4.2. Formas de apresentação dos resultados parciais e finais

Os resultados devem ser apresentados pelo aluno à coordenação de estágios em forma de relatórios mensais, assinados pelo professor orientador e pelo supervisor do estágio. O formato do relatório deverá ser definido pelo coordenador de estágios. Ao final do estágio, o aluno deverá entregar também um relatório final que contém uma descrição de todas as atividades desenvolvidas pelo aluno.

2.4.3. Relação aluno/orientador

As atividades de prática profissional serão realizadas primordialmente de forma coletiva e não individual procurando replicar o que acontece nas organizações empresariais. Sendo assim, os alunos serão supervisionados pelos docentes de forma coletiva e não individual, apesar desta

última não estar excluída. Compete à Coordenação do Curso articular e implementar uma sistemática que otimize a relação aluno/orientador, estabelecendo um plano para a efetivação das ações a serem realizadas.

2.4.4. Participação em atividades internas

Os alunos serão incentivados a participarem em atividades internas tais como projetos de pesquisa, além de outras atividades que possam ser caracterizados como prática profissional, podendo ser pontuado pelo desempenho obtido na realização dos trabalhos de acordo com as normas pré-estabelecidas pela instituição de ensino.

2.4.5. Abrangência das atividades e áreas de formação

As atividades desenvolvidas pelo aluno devem estar de acordo o perfil do egresso e com as áreas de atuação descritas no item 2.3.1.5 este documento.

2.4.6. Carga horária das atividades

A carga horária do estágio curricular é de, no mínimo, 400 horas. Outras atividades profissionais, como projetos de pesquisa tem cargas horárias diversificadas.

2.5. Atividades acadêmicas articuladas à formação: TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é de caráter obrigatório e constitui-se em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica ou de projetos de desenvolvimento de sistemas oriundas do Estágio Supervisionado. Trata-se de uma experiência fundamental na formação do Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, uma vez que lhe proporciona a oportunidade de resolver de forma rigorosa e criativa problemas teóricos e práticos referentes aos processos automatizados.

O TCC vai capacitar os alunos no trabalho em equipe e projeto de médio prazo (1 ano), além disso, tornando-os com o desenvolvimento.

Como trabalho que se submete aos padrões da produção científica, o TCC deve respeitar seus parâmetros. Assim, ele envolve três etapas: a de formulação de um projeto, sua execução na forma de uma investigação e a apresentação de seus resultados de maneira a ser julgada pela própria comunidade científica. Estas três etapas conjugadas e sujeitas ao crivo da lógica de procedimento da ciência asseguram ao TCC um caráter diferente dos trabalhos normalmente desenvolvidos pelos estudantes em suas respectivas disciplinas. O TCC é, portanto, um trabalho de síntese que articula o conhecimento global do aluno no interior de sua área de formação. Como tal, o TCC deve ser concebido e executado como uma atividade científica, não como forma de avaliação de seu desempenho no domínio e/ou avaliação de um conteúdo disciplinar específico. É nesse sentido que o TCC deve possuir um caráter monográfico que respeita a área de estudos à qual se encontra vinculado. Vale dizer que deve estruturar-se em torno de um objeto construído e delimitado a partir de um problema relativo à área de automação industrial.

Tomando como base o caráter de iniciação científica subjacente à monografia, o TCC compreende, em sua primeira etapa, a elaboração de um projeto de trabalho. Como critérios básicos para esta fase, o projeto terá que atender a quatro requisitos: a escolha do tema, sua definição, delimitação e problematização. Junto a este processo somar-se-iam os métodos e técnicas a serem utilizados, bem como o estabelecimento de etapas de trabalho expressos na forma de um cronograma.

A segunda etapa, a execução, corresponde à realização do projeto propriamente dito. É imprescindível que o aluno, no decorrer desta etapa, aplique os conhecimentos científicos de sua área de conhecimento, bem como efetue as atividades dentro de parâmetros mínimos de cientificidade. Para cumprimento desta etapa o aluno deve valer-se de métodos e técnicas universalmente aceitas pela comunidade científica que incluem pertinência, consistência, manipulação de variáveis e de hipóteses, mensuração de dados primários e/ou secundários de acordo com padrões de representatividade e generalização compatíveis com seu tema, seu problema/hipótese de trabalho e sua área de conhecimento ou de exercício profissional.

2.5.1. Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso

Como toda investigação que possui caráter científico, o TCC deve ser submetido ao crivo da crítica da comunidade. De fato, para lograr sua aprovação final, terá que ser levado à apreciação de uma banca de avaliadores composta por três profissionais: o orientador e dois professores escolhidos de acordo com sua habilitação técnica em relação ao tema de investigação. A banca de exame final é um mecanismo que possibilita a avaliação da monografia sob a ótica de diferentes perspectivas. Nesse sentido, a banca deverá avaliar a consistência lógica da investigação, a coerência entre problema de investigação, hipóteses e nível de

demonstração ou de validade argumentativa na correlação entre pressupostos, postulados e corroboração empírica. A intenção de submeter o TCC à discussão pública e dos pares articula-se em torno de dois propósitos: sua submissão à crítica racional e averiguação de sua capacidade de refutação. Sujeito à crítica, na multiplicidade de perspectivas representadas pelos avaliadores, o trabalho de conclusão de curso estará cumprindo estes dois propósitos e atendendo, integralmente, a seu papel de atividade de iniciação científica. Do ponto de vista do aluno, a defesa diante de uma banca examinadora significa a possibilidade de testar sua competência discursiva, de exercitar sua capacidade argumentativa e de defender sua perspectiva frente a outras diferentes ou concorrentes. Ao mesmo tempo, permitir-lhe-á esclarecer elementos de seu trabalho que possam ter ficado obscuros ou frágeis do ponto de vista de sua consistência ou pertinência científica. Neste sentido, a defesa da monografia exercitará a capacidade lógico-dedutiva, de análise e de síntese do aluno, sua fluência em termos de expressão e defesa de suas idéias, bem como sua capacidade de resposta diante de argumentos distintos daqueles que desenvolveu. A necessidade de defesa diante de uma banca justifica-se, então, como inerente ao próprio caráter de iniciação científica do TCC. O TCC pode ser materializado de duas formas:

- Projeto de Pesquisa, que consiste em uma pesquisa em sentido estrito, na qual se busca o conhecimento das causas de um fenômeno natural e/ou social. Como tal poderá ser uma pesquisa bibliográfica, laboratorial e/ou de campo, devendo resultar em uma monografia;
- Projeto de Implementação, que consiste em uma pesquisa em sentido lato, na qual se busca encontrar uma resposta prática para um problema técnico-profissional, tecnológico ou técnico-científico, podendo demandar, para o seu desenvolvimento, uma etapa de pesquisa prévia (bibliográfica, laboratorial e/ou de campo), tendo em vista alcançar suas etapas subseqüentes. Os resultados deverão ser apresentados segundo a estrutura formal de uma monografia, podendo vir também sob a forma de relatório de projeto, seguido dos resultados complementares (plano de negócio, protótipos e instrumentos desenvolvidos, ferramentas audiovisuais criadas, metodologias inventadas ou desenvolvidas etc) ou de outra forma aqui não prevista, mas reconhecida e autorizada pelo Colegiado de Curso e regulamentada no Projeto Pedagógico do Curso.

2.5.2. Meios de divulgação de trabalhos de conclusão de curso

Os trabalhos de conclusão de curso devem ser entregues em à coordenação de estágios em 2 vias, uma via eletrônica e uma impressa. O documento eletrônico deve ser disponibilizado

para acesso público no site do IFPB (ifpb.edu.br). O documento impresso deve ser protocolado e disponibilizado na biblioteca da instituição.

2.5.3. Relação aluno/professor na orientação de trabalho de conclusão de curso

No início do Trabalho de Conclusão de Curso, o professor orientador deve assinar um termo de responsabilidade em que se compromete a acompanhar as atividades do aluno e orientá-lo sempre que necessário no desenvolvimento da pesquisa do ponto de vista de sua coerência lógica, fundamentação teórica, relevância social e científica, metodologia e fontes bibliográficas.

2.6. Atividades acadêmicas articuladas à formação: Atividades complementares

O curso prevê uma carga horária mínima de cem (100) horas para atividades complementares que envolvem àquelas realizadas pelo aluno, vinculadas a sua formação e/ou promovidas pelo Curso Superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, visando:

- Articular o trinômio: Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Desenvolver a cultura da responsabilidade social e da capacidade empreendedora do aluno;
- Ampliar a diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo aluno;
- Possibilitar ao aluno o exercício da cidadania, atuando como sujeito ativo e agente de seu próprio processo histórico;
- Promover a contextualização do currículo a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais.

A integralização da carga horária das atividades complementares deve ser obtida em diferentes tipos de atividades estabelecidas para o curso, conforme quadro a seguir.

ATIVIDADES:	CARGA HORÁRIA DE CADA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA QUE PODE SER ACUMULADA PARA CADA ATIVIDADE
-------------	------------------------------------	--

Monitorias	10	40
Projetos de Iniciação Científica	20	40
Projetos de Extensão	20	40
Viagens de Estudos	5	20
Participação em Palestras, Congressos, Seminários ou Fóruns	2	20
Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculadas às áreas estratégicas do Curso.	20 por 6 meses de participação	40
Publicação de artigos	10	40

2.6.1. Mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento das atividades complementares

O cumprimento das atividades complementares de cada aluno deve ser acompanhado pela coordenação do curso. Para receber créditos da carga horária de cada atividade, o aluno deve requerê-los formalmente à coordenação do curso, por meio de processo institucional. As atividades devem estar devidamente comprovadas por meio de documentos que corroborem as atividades declaradas. Para cada processo será designado um relator que julgará se o aluno realmente participou das atividades.

2.6.2. Oferta regular de atividades pela IES

O IFPB deverá desenvolver projetos com empresas e organizações privadas e governamentais, objetivando não só a capacitação do corpo docente e discente como também o intercâmbio de ações. Deverão ser implementadas medidas visando o estabelecimento de parcerias com entidades representativas de classe, a saber, organizações sindicais, conselhos regionais, associações comerciais, instituições de pesquisa e desenvolvimento, entre outros, visando à realização de projeto, painéis, palestras, simpósios, congressos e feiras, com ampla participação dos profissionais dessas instituições

2.6.3. Incentivo à realização de atividades fora da IES

O IFPB, sempre que seu orçamento permitir, viabilizará a participação discente em eventos, cursos, encontros, feiras, visitas técnicas e outras atividades realizadas extra-muros. Também buscará parcerias com organizações públicas e privadas e co-participação dos alunos visando financiar e possibilitar a inserção de alunos em ações externas de modo a ampliar e enriquecer sua formação procurando a fazer que ele interaja cada vez mais do mundo do trabalho de modo a calibrar suas preparações humanísticas, científicas e tecnológicas, gerais e específicas, entrelaçando atividades acadêmicas com atividades de mercado.

2.7. ENADE (NSA)

Por se tratar de curso a ser autorizado, este item não se aplica ao contexto atual do curso em questão.

3. Corpo discente, corpo docente e corpo técnico-administrativo

3.1. Corpo discente: Atenção aos discentes

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visem assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar não apenas profissionais qualificados para o mundo do trabalho, mas, sobretudo, cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social.

Em conformidade com os princípios estabelecidos, a Política de Assistência Estudantil do IFPB, no artigo 3º estabelece seus objetivos:

I - garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;

II - realizar acompanhamento psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico - reduzir o índice de evasão e a retenção na série,

III - assegurar ao aluno que apresente necessidades educativas especiais condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;

IV - promover programas de atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais;

V – ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido;

VI - fortalecer e ampliar programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros;

VII - reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;

VIII - realizar projetos de extensão tendo em vista socializar com a comunidade o conhecimento elaborado e produzido no processo educativo.

3.1.1. Apoio à promoção de eventos internos

Preencher a posteriori.

3.1.2. Apoio à participação em eventos

O IFPB campus Monteiro por meio de uma equipe interdisciplinar que compõe a Coordenação Pedagógica de Apoio ao Estudante - COPAE oferece apoio e orientação necessária aos alunos para a realização de eventos, seja proposto por estes ou pelos docentes. Além do mais a equipe é responsável pela mediação das ações do Programa de Integração dos Estudantes Ingresso, programa que está inserido na Política de Assistência Estudantil do IFPB. Dessa forma, o Programa preconiza as seguintes atividades:

- I – desenvolver atividades de integração com as turmas de estudantes ingressos;
- II – levantar as expectativas dos estudantes em relação ao IFPB;
- III – buscar em conjunto com os estudantes, alternativas de superação de suas necessidades, de modo que seu desempenho acadêmico não venha a ser comprometido;
- IV – orientar os novos estudantes e seus familiares acerca das atividades acadêmicas, de assistência psicossocial e pedagógica, ofertadas pelo Instituto;
- V – apresentar as normas que regulamentam a convivência social e acadêmica no IFPB;
- VI- realizar atendimento/acompanhamento pedagógico, individual e/ou grupal, com os ingressos; e
- VII – promover reuniões com as famílias para integrá-las na vida acadêmica dos estudantes.

Os eventos internos da instituição são planejados em consonância com o calendário. Também tem-se a realização de eventos para o corpo discente através da socialização de informações por meio de Palestras, vídeos, entre outros.

3.1.3. Apoio à participação em eventos

A Política de Assistência Estudantil estabelece apoio aos discentes à participação em eventos ligados a formação acadêmica e profissional por meio do Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho que “visa combater as desvantagens existentes no bojo da comunidade estudantil e complementar a formação acadêmica dos estudantes” (PAE,2011). O mesmo compete:

- I - viabilizar a participação dos estudantes com em cursos, eventos, congressos e outras atividades extracurriculares;
- II– promover e/ou elevar o nível de inclusão digital dos estudantes;

- III – oportunizar aos estudantes o estudo de uma língua estrangeira; e
- IV – instrumentalizar os estudantes na busca por sua formação integral.

3.1.4. Mecanismos de nivelamento

Aspecto socioeconômico

Em razão das necessidades socioeconômicas específicas dos discentes o IFPB prevê em sua Política de Assistência Estudantil princípios que possibilitam a permanência dos discentes na instituição.

- I - Educação como um bem público, gratuito e de qualidade;
- II - Posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e conclusão do curso com qualidade;
- III - Assistência estudantil como direito social e dever político;
- IV - Reconhecimento da liberdade - de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber - como valor ético central;
- V – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados;
- VI - Fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando.

Tais princípios são operacionalizados nos Programas de Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte. A Coordenação Pedagógica de Apoio ao Estudante- COPAE através da equipe profissional é responsável pela execução dos Programas. Assim, o Serviço Social da equipe realiza processo seletivo para identificação da demanda de discentes com índices de carências socioeconômicas.

No entanto, um dos mecanismos de nivelamento para garantir a permanência dos discentes na instituição é respeitar a Política de Assistência Estudantil do IFPB que contempla os estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino. Todavia, a mesma é pautada nos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social, que define em seu art. 4º: “Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.” Isto é, a política atendendo a princípios constitucionais é destinada aqueles indivíduos “aquém dela necessitar”. (LOAS, 2005).

3.2. Corpo docente

3.2.1. Plano de carreira docente

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas contará com corpo docente constituído de profissionais que possuem experiência no ensino superior e que desenvolveram experiência profissional na área que lecionam, seja atuando em empresas ou como profissional liberal. Estes requisitos são considerados quando da seleção e influenciam na avaliação e na aprovação do docente.

Os professores do curso devem possuir formação mínima de graduação em algum curso relacionado à área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Os requisitos dos professores são exigidos na publicação do Edital Público para concurso de admissão ao quadro, sendo importante também a comprovação de experiência profissional, que fortalece o currículo do candidato para efeito de pontuação e classificação.

A política de qualificação e capacitação do IFPB contempla o estímulo à participação em Seminários e Congressos, além da oferta de cursos de pós-graduação para os docentes através da participação em programas de Universidades conhecidas.

O Plano de capacitação considera os seguintes níveis de qualificação profissional:

- Pós-Graduação *stricto sensu*: mestrado, doutorado e pós-doutorado.
- Pós-Graduação *lato sensu*: aperfeiçoamento e especialização.
- Capacitação profissional: cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
- Atividades de curta duração: cursos de atualização e participação em congressos, seminários, conclave, simpósios, encontros e similares.

3.2.2. Formação, experiência acadêmica e profissional, publicações e produções

O corpo docente é formado por profissionais graduados com experiência no ensino superior e/ou experiência profissional na área que lecionam, seja atuando em empresas ou como profissional liberal. Os professores devem ser graduados em cursos na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Durante o processo de seleção, o candidato a professor deve fornecer documentos que comprovem desde sua experiência acadêmica e profissional até suas publicações. Os requisitos desses candidatos são publicados em Edital de Concurso Público.

3.2.3. Atuação nas atividades acadêmicas

Preencher a posteriori.

**3.2.4. Perfil do corpo docente pretendido para o curso, a partir do 2º Ano
(quando do pedido de autorização)**

Preencher a posteriori.

	Disciplina	Professor	Titulação
1º Sem.	Matemática Básica		
	Inglês Instrumental I		
	Português Instrumental		
	Programação I		
	Introdução à Computação		
2º Sem.	Gerência da Informação		
	Programação II		
	Introdução a Redes de Computadores		
	Metodologia da Pesquisa Científica		
	Matemática Aplicada à Computação		
3º Sem.	Inglês Instrumental II		
	Estrutura de Dados e Algoritmos		
	Banco de Dados I		
	Padrões de Projetos		
4º Sem.	Análise e Projeto		
	Processos de Desenvolvimento de Sistemas de Informação		
	Banco de Dados II		
	Sistemas Operacionais		
5º Sem.	Desenvolvimento de Aplicações Corporativas Avançadas		
	Técnicas de Testes		
	Análise de Algoritmos		
	Sociedade e Tecnologia da Informação		
6º Sem.	Empreendedorismo		
	Relações Humanas no Trabalho		
	Projeto I		
7º Sem.	Projeto II		

3.3. Corpo técnico-administrativo – Atuação no âmbito do curso

3.3.1. Plano de carreira técnico-administrativa

A lei do Plano de Cargos e Carreiras é a nº 11.091/ 2005 e está estruturada em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11,784, de 2008):

Art. 7º Os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E, de acordo com o disposto no inciso II do art. 5º e no Anexo II desta Lei.

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

§ 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

§ 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento.

3.3.2. Política de aperfeiçoamento/qualificação/atualização técnico-administrativa

A política de aperfeiçoamento/qualificação/atualização consta na Resolução 002/2001 – CGFC. E será organizado de acordo com os seguintes níveis:

I - Cursos de Pós-Graduação *strictu sensu*: mestrado, doutorado e pós-doutorado;

II - Cursos de Pós-Graduação *latu sensu*: aperfeiçoamento e especialização;

III - Atividades de curta duração: cursos de atualização, congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares;

IV - Licença para Capacitação, prevista no Art.87 da Lei 8.112/90.

3.3.3. Corpo técnico-administrativo

Nome	Cargo
Anne Mércia de Souza Silva	Gestão de Pessoas
Ana Paula de Andrade Rocha Arnaud	Pedagoga
Jefferson Sued Lázaro da Silva	Assistente de Alunos
Maria Martins Formiga	Assistente de Alunos
Apoliano Ferreira da Silva	Controle Acadêmico
Glaucydete Coutinho Neves Rafael	Contabilidade e Orçamento
Thiago Pereira Torres	Tecnologia da Informação
Dayse Ayres Mendes do Nascimento	Psicóloga
Marcos Vicente dos Santos	Diretoria de Administração
Pablo Henrique Cabral de Araújo	Transporte, manutenção e segurança
Anselmo Almeida dos Santos	Licitações e contratos
Fabiana Pereira Torres	Assistente social
Dulcicleide dos Santos Barros Manguiera	Almoxarifado
Porcina Formiga dos Santos Salgado	Bibliotecária
Adilson Luiz Silva	Comunicação institucional
Lucivaldo Alves Ferreira	Técnico em enfermagem

3.3.4. Atuação nas atividades acadêmicas

Preencher a posteriori.

4. Instalações físicas

4.1. Instalações gerais (Infraestrutura física)

O Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPB *Campus* Monteiro conta com uma infraestrutura que inclui salas de aula, laboratórios, ginásio de esportes e demais dependências administrativas. As seções a seguir apresentam as instalações físicas do *Campus* Monteiro do IFPB existentes, a construir e a expandir. A Seção 4.1.1 mostra informações sobre a área total existente e a área a construir. O cronograma de realização das obras e os detalhes sobre plano de expansão do *Campus* estão contidos no item 4.1.2.

4.1.1. Distribuição do espaço físico existente e/ou a expandir

Dependências	Quantidade (1º ano do curso)	Área (m ²) (1º ano do curso)	Quantidade (último ano do curso)	Área (m ²) (último ano do curso)
Área de lazer e convivência (coberta)				
Área de lazer e estacionamento (descoberto)				
Área de lazer, convivência e pátio coberto				
Anfiteatro				
Auditório				
Banheiros (instalações sanitárias)				
Biblioteca				
Laboratório de Informática				
Laboratórios (outros)				
Praça de Alimentação				
Salas de Aula				
Sala de Coordenação				
Sala de Direção				
Sala de Docentes				

Salas de Leitura/Estudo				
Sala de Reuniões				
Diversos				
Almoxarifados				
Recepção				
Secretaria Geral				
Setor de Atendimento / Tesouraria				
Outros (atendimento, suporte técnico, reprografia, circulação, lanchonete, refeitório funcionários e depósitos)				

4.1.2. Plano de expansão (resumo)

Infraestrutura	Área (m ²) (1º ano do curso)	Área (m ²) (último ano do curso)	Cronograma de expansão	
			Início previsto	Término previsto
Terreno onde está instalado o <i>Campus</i>				
Área Construída				

4.2. Infraestrutura de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais (PNEs)

Preencher a posteriori.

4.2.1. Infraestrutura para alunos com mobilidade reduzida

Preencher a posteriori.

4.2.2. Plano e compromisso formal da instituição em prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala especial para alunos com deficiência visual/auditiva

Preencher a posteriori.

4.3. Biblioteca

4.3.1. Organização da biblioteca

Preencher a posteriori.

4.3.2. Horário de funcionamento

Preencher a posteriori.

4.3.3. Livros – formação geral

Preencher a posteriori.

4.3.4. Livros – formação específica

Preencher a posteriori.

4.3.5. Periódicos, bases de dados específicas, jornais, revistas e outros

Preencher a posteriori.

4.3.6. Políticas institucionais de atualização do acervo no âmbito do curso

Preencher a posteriori.

4.3.7. Serviços de reprografia, catalogação, informação ao usuário, informatização, serviço de recuperação de informações, Internet, empréstimo, recursos audiovisuais e outros

Preencher a posteriori.

4.4. Instalações especiais e laboratórios específicos

A infraestrutura física proposta, os materiais a serem adquiridos para o funcionamento do curso, os laboratórios para apoio as atividades acadêmicas, estão descritas a seguir.

4.4.1. Ambientes/laboratórios: tipos, quantidades, espaço físico, equipamentos, condições de conservação das instalações e materiais

A seguir apresenta-se uma lista do material existente nos laboratórios de informática que dão suporte ao Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas:

Item	Descrição	Quantidade
Laboratório de Informática	37 computadores com acesso a internet. Configuração dos computadores: 2GB de memória, HD de 240GB, processadores AMD Athlon II 2,80 GHz.	02

4.4.1.1. Quadro resumo dos recursos audiovisuais

Item	Quantidade
Televisores	02

Retroprojetores	03
DataShow	04

4.4.1.2. Quadro resumo da infraestrutura de informática para os demais cursos

Preencher a posteriori.

4.4.2. Equipamentos, normas e procedimentos de segurança

Preencher a posteriori.

4.4.3. Atividades de ensino (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade, etc.)

Preencher a posteriori.

4.4.4. Serviços prestados (planejamento, abrangência ou áreas de ensino atendidas, qualidade, etc.)

Preencher a posteriori.

4.4.5. Protocolos de experimentos

Este item não se aplica.

4.4.6. Comitê de ética em pesquisa

As informações a seguir foram retiradas do Regulamento Interno do Comitê de Ética de Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba¹.

CAPITULO I – DO OBJETO E SUAS FINALIDADES

Artigo 1º - O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB é um órgão colegiado, de natureza técnica-científica, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e constituído nos termos da Resolução nº. 196, do Conselho Nacional de Saúde, expedida em 10/10/1996.

Artigo 2º - Ao CEP compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de pesquisa clínica e experimental envolvendo seres humanos no âmbito do IFPB, seguindo as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (Conselho das Organizações Internacionais das Ciências Médicas – CIOMS/OMS, Genebra, 1982 e 1983).

Parágrafo Único - Os membros do CEP têm total independência de ação no exercício de suas funções no Comitê, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º - O Comitê é constituído por 18 membros titulares incluindo profissionais da área de saúde, ciências sociais, exatas e humanas, e representantes da comunidade assistida pela Instituição.

§ 1º - Entre os membros titulares deverá haver, no mínimo, um pesquisador, um advogado, um especialista em ciências das religiões, um assistente social, um administrador, um estatístico e um usuário da Instituição, sendo esse um discente pesquisador, devidamente cadastrado junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

§ 2º - O CEP, de acordo com o Capítulo VII, item 5, da Resolução/CNS nº 196, de 10/10/1996, deverá ser constituído por pessoas de ambos os sexos, não sendo permitido que nenhuma categoria profissional tenha uma representação superior à metade dos seus membros.

§ 3º - Pelo menos metade dos membros deverá possuir experiência em pesquisa e representar as diversas áreas de atuação multidisciplinar da Instituição.

¹ Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa – Disponível em <http://www.ifpb.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prpipg/comite-de-etica-em-pesquisa> e acessado dia 14/08/2011

§ 4º - Em consonância com o Capítulo VII, item 10 da Resolução/CNS nº 196, os membros não poderão ser remunerados.

Artigo 4º - A nomeação dos membros do CEP será através de ato do Reitor, a partir de indicação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e outros setores do IFPB que tenham relação com atividades de pesquisa.

§ 1º - O mandato dos membros do CEP, com exceção do discente pesquisador, será de três anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º - O mandato do discente pesquisador será de, no máximo, dois anos, constituindo-se requisito indispensável para o efetivo exercício do mandato a sua condição de discente regularmente matriculado no IFPB.

§ 3º – Não será permitida, a cada ano, a renovação de mais de um terço dos membros do CEP.

Artigo 5º - O CEP será coordenado por um dos membros, eleito entre seus pares, na primeira reunião de trabalho.

Artigo 6º - Será designado um vice-coordenador, eleito dentre os membros titulares do CEP.

Artigo 7º- Todos os membros do Comitê de Pesquisa do IFPB, bem como os servidores pesquisadores cadastrados junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, são considerados membros consultores "ad hoc".

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 8º - Compete ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP:

a) analisar projetos e protocolos de pesquisa (inclusive os multicêntricos, interdisciplinares e interdepartamentais) em seres humanos e emitir pareceres do ponto de vista dos requisitos da ética, conforme o Art. 9, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias;

b) expedir instruções com normas técnicas para orientar os pesquisadores com respeito a aspectos éticos;

c) garantir a manutenção dos aspectos éticos de pesquisa;

d) zelar pela obtenção de consentimento livre e esclarecido dos indivíduos ou grupos para sua participação na pesquisa;

e) acompanhar o desenvolvimento de projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores, nas situações exigidas pela legislação;

f) manter comunicação regular e permanente com o Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), encaminhando para sua apresentação aqueles casos previstos no Capítulo VIII, item 4.c daquela resolução;

g) desempenhar papel consultivo e educativo fomentando a reflexão em torno da ética na ciência.

Parágrafo Único – No caso de projetos multicêntricos, multidepartamentais ou multidisciplinares, o encaminhamento deverá ser feito em conjunto por todos os participantes.

Artigo 9º - Com base no parecer emitido, cada projeto terá enquadramento em uma das seguintes categorias:

a) Aprovado;

b) Com pendência - O Comitê solicita informações específicas, modificações ou revisão, que deverão ser atendidas pelo pesquisador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

c) Retirado - quando transcorrido o prazo, o protocolo permanecer pendente;

d) Não aprovado;

e) Aprovado e encaminhado para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, nos casos de áreas temáticas especiais previstas no Capítulo VIII, item 4.c, da Resolução/CNS nº. 196.

CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO

Artigo 10 - O CEP se reunirá no mínimo uma vez por mês, em sessão ordinária, ou em caráter extraordinário, quando convocado pelo Coordenador ou pela maioria de seus membros.

Artigo 11 - A reunião do CEP se instalará e deliberará com a presença da maioria simples de seus membros, e será dirigida pelo seu Coordenador ou, nas suas ausências, pelo Vice-Coordenador.

Artigo 12 - As reuniões se darão da seguinte forma:

a) verificação da presença do Coordenador, e, na sua ausência, abertura dos trabalhos pelo Vice-Coordenador;

b) verificação de presença dos membros titulares e existência de "quórum";

c) votação e assinatura da Ata da reunião anterior;

d) comunicações breves e franqueamento da palavra;

e) leitura e despacho do expediente;

f) ordem do dia, incluindo leitura, discussão e votação dos pareceres;

g) organização da pauta da próxima reunião;

h) distribuição de projetos de pesquisa ou tarefas aos relatores;

i) encerramento da sessão.

Artigo 13 - Ao Coordenador compete dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do Comitê e especificamente:

- a) representar o Comitê em suas relações internas e externas;
- b) instalar o Comitê e presidir as reuniões plenárias;
- c) promover a convocação das reuniões;
- d) indicar membros para estudos e emissão de pareceres necessários a compreensão da finalidade do Comitê;
- e) tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate.

Parágrafo Único - Na ausência do Coordenador, as atribuições serão desempenhadas pelo Vice-Coordenador.

Artigo 14 - Aos membros do CEP compete:

- a) estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes foram atribuídas pelo coordenador;
- b) comparecer às reuniões, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
- c) requerer votação de matéria em regime de urgência;
- d) verificar a instrução dos procedimentos estabelecidos, a documentação e registro dos dados gerados no decorrer do processo, o acervo de dados obtidos, os recursos humanos envolvidos, os relatórios parciais e finais do processo;
- e) desempenhar funções atribuídas pelo Coordenador;
- f) apresentar proposições sobre as questões atinentes ao CEP.

Parágrafo Único - O membro do Comitê deverá se declarar impedido de emitir pareceres ou participar do processo de tomada de decisão na análise de protocolo de pesquisa em que estiver diretamente ou indiretamente envolvido.

Artigo 15 - À secretaria do CEP, a qual deverá ser desempenhada por um servidor do IFPB designado pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, compete:

- a) assistir as reuniões;
- b) encaminhar o expediente;
- c) manter controle dos prazos legais e regimentais referentes aos processos de que devem ser examinados nas reuniões do CEP;
- d) providenciar o cumprimento das diligências determinadas;
- e) lavrar termos de abertura e encerramento dos livros de ata, de protocolo, de registro de atas, e de registro de deliberações, rubricando-os e mantendo-os sob vigilância;
- f) lavrar e assinar as atas de reuniões do CEP;

g) providenciar, por determinação do Coordenador, a convocação das sessões extraordinárias;

h) distribuir aos Membros do CEP a pauta das reuniões.

Artigo 16 - Será dispensado e substituído o membro que não comparecer, sem justificativa, a três reuniões consecutivas, ou a quatro intercaladas, no mesmo ano.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 17 - O CEP manterá sob caráter confidencial as informações recebidas.

Artigo 18 - Os projetos, protocolos e relatórios correspondentes, na forma impressa, serão arquivados por cinco anos, após o encerramento do estudo, bem como deverão ser efetuadas cópias idênticas destes em mídia digital (CD, DVD, entre outros), de forma a compor um acervo permanente.

Artigo 19 - Os casos omissos, e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regulamento Interno, serão dirimidas pelo Coordenador do CEP, e em grau de recurso pelo Conselho Diretor.

Artigo 20 - O presente Regulamento Interno poderá ser alterado, mediante proposta do CEP, através da maioria absoluta de seus membros, submetido à Reitoria do IFPB e aprovação pelo Conselho Diretor.

Artigo 21 - Os componentes do primeiro CEP serão indicados através de ato do Reitor.

Artigo 22 - O presente Regulamento Interno entrará em vigor na data de aprovação pelo Conselho Diretor.

4.4.7. Políticas institucionais de atualização de equipamentos e materiais no âmbito do curso

Preencher a posteriori.

5. Diploma

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas (inclusive o Estágio curricular, quando o aluno opte por fazê-lo) neste Plano de Curso, o estudante fará jus ao diploma de graduação, fornecido pelo IFPB, como Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Segundo o Regulamento Didático dos cursos superiores do IFPB, a colação de grau é um ato acadêmico-administrativo, de reconhecimento institucional, da conclusão do curso, sendo um requisito obrigatório para expedição do diploma de graduação do IFPB.

O aluno só poderá colar grau após a integralização do curso, tendo que obrigatoriamente ter sido aprovado nos seguintes componentes curriculares:

- Todas as disciplinas da matriz curricular;
- Atividades complementares; e
- Estágio supervisionado ou trabalho de conclusão de curso.

No ato de colação de grau, o graduando receberá um certificado de conclusão de curso, sendo que para a expedição do diploma, os seguintes requisitos serão exigidos do graduando:

- Quitação com a biblioteca;
- Devolução da beca e capelo utilizados durante o ato de colação de grau;
- Entrega de cópia do TCC ou relatório de estágio na biblioteca com correções requisitadas pela banca; e
- Condição regular em relação ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

APÊNDICE

Sistemas de informação²: Conjunto de elementos que pode envolver recursos humanos, procedimentos e/ou dispositivos computacionais operando entre si para receber, coletar, armazenar, processar, transmitir e gerenciar informações.

² Fonte:

<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/sistinform.htm>, acessado em: 03 de julho de 2011 as 01:07.



CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

ANEXOS

Monteiro - PB

2011

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

PLANOS DE ENSINO

DISCIPLINA: INGLÊS TÉCNICO E INSTRUMENTAL I				
CARGA HORÁRIA: 33 HORAS		PERÍODO: 1º	SEMESTRE LETIVO: 2012.1	CRÉDITOS: 02
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">Compreender textos de gêneros diversos utilizando as estratégias/técnicas de leitura;Desenvolver habilidades e/ou procedimentos sistematizados.				
EMENTA				
Conscientização do Processo de Leitura. Gêneros textuais. Níveis de Compreensão. Estratégias de Leitura. Dicas Tipográficas, Prediction, Skimming, Scanning, Selectivity, Flexibility. Inferência. Palavras cognatas e repetidas. Uso do Dicionário, Grupo ou Sintagma Nominal. Grupo ou Sintagma Verbal. Conectivos/Marcadores/Palavras de Ligação. Referência.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE	ASSUNTO			
I	NÍVEIS DE COMPREENSÃO DE LEITURA. TEORIA DOS GÊNEROS TEXTUAIS E A RELAÇÃO COM O ESP SIGNIFICADOS; CONCEITO DE LEITURA; IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA INGLESA; ESP (INGLÊS INSTRUMENTAL).			
II	ESTRATÉGIAS DE LEITURA. CONSCIENTIZAÇÃO DO PROCESSO DE LEITURA - PROCESSO DE INFORMAÇÃO; PROCESSOS PSICOLINGÜÍSTICOS EM LEITURA; PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SONDAGEM DE INTERESSES. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS; ACRONYMS & ABBREVIATIONS (RELACIONAR COM AS ESTRATÉGIAS)			
III	ESTRATÉGIAS DE LEITURA: SKIMMING ESTRATÉGIAS DE LEITURA: SCANNING			
IV	TÉCNICAS DE LEITURA: PREDICTION; SELECTIVITY; FLEXIBILITY. O USO DO DICIONÁRIO			
	REVISÃO E AVALIAÇÃO			
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas e dialogadas utilizando textos de gêneros diversos; Exercícios; Dinâmica de grupo através de discussões/debates; Seminários; Músicas; Filmes, entre outros.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojeto; CDs, DVDs; entre outros.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.				
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES				
1ª Avaliação: Unidades – I e II 2ª Avaliação: Unidades – III e IV				
BIBLIOGRAFIA				
Básica: EDMUNDSON, M. V.da S. Leitura e Compreensão de textos no Livro Didático de Língua Inglesa. João Pessoa: Editora do CEFET-PB, 2008. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.				

Complementar:

RAMOS, R. C. G. **Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos.** In: The ESPECIALIST, 25. 2: 107-129. PUC-SP, 2004.

_____. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.** Campinas: Editora Pontes, 2000.

DIONÍSIO, P. A. et al. Organizadoras. **Gêneros Textuais e Ensino.** 2a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for specific purposes.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa.** Campinas: Editora Pontes, 1996.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: **O que são e como se classificam?** Recife: Editora da UFPE, 2000.

NUTTAL, Christine. **Teaching reading skills in a foreign language.** London: Heinemann, 1982.

DISCIPLINA: PROGRAMAÇÃO I			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 1º	SEMESTRE LETIVO: 2012.1
CRÉDITOS: 06			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Compreender o conceito de algoritmo;• Elaborar algoritmos para solucionar problemas;• Compreender a sintaxe e semântica de comandos de uma linguagem de programação;• Desenvolver programas utilizando uma linguagem de programação.			
EMENTA			
Análise e resolução de problemas utilizando algoritmos. Diferenciação entre linguagem de programação e linguagem algorítmica. Operações com entrada e saída de dados. Tipos de dados, variáveis e constantes. Comando de atribuição, estruturas de decisão e repetição, operações com vetores e matrizes, subprogramas (funções), passagem de parâmetros. Conceito de recursividade em algoritmos e programas. Introdução a testes. Implementação de programas através de uma linguagem de programação.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I CONCEITOS INICIAIS	CONCEITO E ELABORAÇÃO DE ALGORITMOS		
	DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS, COMANDO DE ATRIBUIÇÃO DE VALORES		
	OPERAÇÕES DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS		
	TIPOS DE DADOS		
	TRATAMENTO DE STRINGS		
II COMANDOS E VETORES	COMANDOS DE CONDIÇÃO		
	OPERAÇÕES LÓGICAS NOS COMANDOS DE CONDIÇÃO		
	COMANDOS DE REPETIÇÃO		
	INTRODUÇÃO À ESTRUTURA DE DADOS: LISTA, PILHA, FILA		
	OPERAÇÕES COM VETORES E MATRIZES		
III SUBPROGRAMAS E RECURSIVIDADE	SUBPROGRAMAS E PASSAGEM DE PARÂMETROS		
	RECURSIVIDADE		
IV ESTUDO DE CASO	APLICAÇÃO EM PROJETOS		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas com auxílio de quadro branco e pincel.			
Atividades práticas em laboratório para consolidação do conteúdo ministrado.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco, Pincel, Laboratório de informática com computadores que possuem acesso à Internet e ferramentas CASE (do inglês <i>Computer-Aided Software Engineering</i>) instaladas.			
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
A avaliação será composta por exercícios teóricos escritos e prática em laboratórios de informática. Ao final da disciplina, o aluno deverá desenvolver um sistema de informação usando os conceitos aprendidos durante o semestre.			
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES			

1ª Avaliação: Unidade – I
2ª Avaliação: Unidade – II
3ª Avaliação: Unidade – III
4ª Avaliação: Unidade – IV

BIBLIOGRAFIA

Básica:

ASCHER, D. e LUTZ, M. **Aprendendo Python**, edição n 01/2007. Editora Bookman. I.S.B.N.: 9788577800131.

SUMMERFIELD, M. **Programação em Python 3 - Uma Introdução**. Editora Alta Books, 2009. I.S.B.N.: 9788576083849.

Complementar:

BORGES, I. E. **Python para Desenvolvedores**, 2ª Edição. Rio de Janeiro: 2010.

SANTANA, O. e GALESI, T. **Python e Django**, 1ª Edição. Novatec, 2010.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À COMPUTAÇÃO				
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS		PERÍODO: 1º	SEMESTRE LETIVO: 2012.1	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Identificar os principais componentes de um computador;• Entender as várias formas de representação numérica e de representação digital da informação;• Analisar circuitos lógicos de pequeno porte, como forma de entender como funciona a computação das informações em nível de máquina;• Entender como está organizada a arquitetura dos computadores modernos.				
EMENTA				
Histórico e evolução dos computadores. Componentes de um sistema computacional. Representação e processamento da informação. Introdução à eletrônica digital. Introdução à arquitetura de Computadores.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE	ASSUNTO			
I HISTÓRICO	ORIGEM DO COMPUTADOR			
	HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DO COMPUTADOR			
II COMPONENTES DE UM SISTEMA COMPUTACIONAL	HARDWARE			
	SOFTWARE			
	PEOPLEWARE			
	CLASSIFICAÇÃO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS			
III REPRESENTAÇÃO E PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO	SISTEMAS DE NUMERAÇÃO E CONVERSÃO ENTRE BASES NUMÉRICAS			
	REPRESENTAÇÃO DE NÚMEROS BINÁRIOS COM SINAL			
	OPERAÇÕES ARITMÉTICAS EM BINÁRIO			
IV INTRODUÇÃO À ELETRÔNICA DIGITAL	PORTAS LÓGICAS			
	ÁLGEBRA DE BOOLE			
	SIMPLIFICAÇÃO DE CIRCUITOS LÓGICOS - MAPA DE VEITCH-KARNAUGH			
	CIRCUITOS SEQUENCIAIS			
	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS UTILIZANDO ELETRÔNICA DIGITAL			
	COMPUTAÇÃO RECONFIGURÁVEL			
V INTRODUÇÃO À ARQUITETURA DE COMPUTADORES	UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO			
	MEMÓRIA			
	SISTEMAS DE ENTRADA E SAÍDA			
	SOFTWARE, ENCADEAMENTO E CONJUNTO DE INSTRUÇÕES			
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas utilizando os recursos didáticos disponíveis. Aulas práticas em laboratório.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação. Apostilas com tutoriais práticos.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Avaliações teóricas e práticas.				

ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES
1ª Avaliação: teórica ao final das Unidades I e II 2ª Avaliação: teórica ao final das Unidades III e IV 3ª Avaliação: teórica ao final da Unidade V
BIBLIOGRAFIA
Básica: TANENBAUM, A. S. Organização Estruturada de Computadores , 5ª Ed. Pearson, 2005. MANZANO, A. L. N. G. e MANZANO, M. I. N. G. Estudo Dirigido de Informática Básica , 7ª Ed. Editora Érica, 2007. Complementar: IDOETA, I. V. e CAPUANO, F. G. Elementos de Eletrônica Digital . Editora Érica, 2001.

DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL				
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS		PERÍODO: 1º	SEMESTRE LETIVO: 2012.1	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos referentes à língua portuguesa, possibilitando, dessa forma, leitura e produção de textos variados que motivem por excelência a boa atuação do educando na vida profissional;• Efetivar a prática da leitura e da produção de gêneros acadêmicos;• Refletir acerca da estrutura composicional dos referidos textos;• Apresentar as características gerais referentes à elaboração de tais textos.				
EMENTA				
Leitura e produção de textos acadêmicos, visando a desenvolver habilidades de elaboração de textos orais e escritos. Ênfase para técnicas de apresentação e produção de redação oficial. Estrutura da linguagem. Visão geral do português escrito. Regras básicas para a correção de texto. Formas de comunicação. Barreiras na comunicação. Os termos técnicos, neologismos e os formatos lingüísticos profissionais.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I LEITURA E CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS		CONSCIENTIZAÇÃO DO PROCESSO DE LEITURA - PROCESSO DE INFORMAÇÃO; MECANISMOS DE COMPREENSÃO COMUNICAÇÃO, INTERAÇÃO E LINGUAGEM; LEITURA ANALÍTICA DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS (COM TEMÁTICA VOLTADA À REALIDADE DO CURSO); NÍVEIS DE LINGUAGEM: ADEQUAÇÃO LINGÜÍSTICA; CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS: IMPLÍCITOS, PRESSUPOSIÇÃO, INFERÊNCIA, SUBENTENDIDOS; CONOTAÇÃO E DENOTAÇÃO NO DISCURSO.		
II PRODUÇÃO DE TEXTO		ENTENDIMENTO DE TEXTO; TIPOLOGIA TEXTUAL; A DISSERTAÇÃO (ENFOQUE ARGUMENTATIVO); ESTRUTURA DISSERTATIVA PADRÃO: CARACTERÍSTICAS, PADRÃO DE IDÉIAS E ELABORAÇÃO; COESÃO E COERÊNCIA.		
III ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL		EMPREGO DAS FORMAS GRAMATICAIS; SÍNTESE DE CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA; COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO NO DISCURSO, VALORES SEMÂNTICOS DAS CONJUNÇÕES; PONTUAÇÃO; LEITURA E ANÁLISE DE TEXTOS.		
IV REDAÇÃO TÉCNICA		ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS COMUNS A TODOS OS CURSOS: REQUERIMENTO, MEMORANDO, CURRÍCULO, CARTA COMERCIAL; ELABORAÇÃO DE PARÁFRASE, RESUMOS, ESQUEMAS,RELATÓRIO, RESENHA DESCRITIVA E CRÍTICA, TEXTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DE ÁREAS ESPECÍFICAS.		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas e dialogadas utilizando textos de gêneros diversos; Exercícios; Dinâmica de grupo através de discussões/debates; Seminários; Músicas; Filmes, entre outros.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojeto; Fitas de Vídeo, CDs, DVDs; entre outros.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais				

e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.

ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES

1ª Avaliação: Unidades – 1

2ª Avaliação: Unidades – 2 e 3

3ª Avaliação: Unidades – 4.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**, 37ª edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

DISCINI, N. **Comunicação nos Textos: Leitura, produção e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. V. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Complementar:

ANTUNES, I. **Muito Além da Gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

BASTOS, L. K. **A produção escrita e gramática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Português Instrumental**. São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, M. **Redação Comercial e Administrativa**. São Paulo: FTD, 2001.

MEDEIROS, J. B. **Manual de Redação e Normalização Textual**. São Paulo: Atlas, 2001.

BERLO, D. **O Processo da Comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CUNHA, C. **Nova Gramática de Português Contemporâneo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1990.

KASPARY, A. **Redação Oficial**. Rio de Janeiro: Edita, 2000.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

DISCIPLINA: PROGRAMAÇÃO II			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 2º	SEMESTRE LETIVO:
			CRÉDITOS: 06
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os conceitos de programação orientada a objetos;• Aprender uma linguagem de programação orientada a objetos;• Elaborar sistemas de informação utilizando uma linguagem de programação orientada a objetos;• Compreender conceitos de orientação a objetos;• Compreender os paradigmas de linguagem de programação orientada a objetos.			
EMENTA			
O paradigma de programação orientada a objetos. Classes e objetos. Troca de mensagens entre objetos. Composição de objetos. Coleções de objetos. Herança. Sobreposição. Encapsulamento. Visibilidade. Interface e polimorfismo. Sobrecarga. Tratamento de exceções. Desenvolvimento de programas orientados a objetos através de uma linguagem de programação.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I INTRODUÇÃO	HISTÓRICO CONCEITOS BÁSICOS		
II FERRAMENTAS PARA DESENVOLVI- MENTO	IDE CONTROLE DE VERSÕES GERÊNCIA DE PROJETOS MONITORAMENTO DE DEFEITOS		
III ORIENTAÇÃO OBJETOS	A	CLASSES E OBJETOS TROCA DE MENSAGENS ENTRE OBJETOS COMPOSIÇÃO DE OBJETOS COLEÇÕES DE OBJETOS HERANÇA SOBREPOSIÇÃO ENCAPSULAMENTO VISIBILIDADE INTERFACE E POLIMORFISMO SOBRECARGA	
IV TESTES EXCEÇÕES	E	TESTES DE UNIDADE TESTES DE ACEITAÇÃO TRATAMENTO DE EXCEÇÕES.	
V BOAS PRÁTICAS DE POO		BAIXO ACOPLAMENTO ALTA COESÃO NOMENCLATURA DE CLASSES, OBJETOS, MÉTODOS E INTERFACES	
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aula expositiva e dialogada. Aulas práticas de programação em laboratório. Implementação de programas orientados a objetos.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo,			

Microcomputador/Retroprojektor; CDs, DVDs; entre outros.
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES
1ª Avaliação: Unidades – I, II e III 2ª Avaliação: Unidades – IV e V 3ª Avaliação: Projeto de um sistema de informação utilizando uma LPOO
BIBLIOGRAFIA
<p>Básica</p> <p>DEITEL, H. M.e DEITEL, P. J. Java - Como programar. 8ª Edição, Prentice-Hall, 2010.</p> <p>HORSTMANN, C. S. e CORNELL, G. Core Java 2: Volume1 - Fundamentos. 7ª Edição, Makron Books, 2005.</p> <p>Complementar</p> <p>SIERRA, K. e BATES, B. Use a Cabeça! - Java. Alta Books, 2ª Edição, 2007.</p>

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À REDES DE COMPUTADORES		
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS	PERÍODO: 2º	SEMESTRE LETIVO: 2012.2
CRÉDITOS: 04		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none">Identificar e entender a funcionalidade dos elementos componentes de uma rede de computadores;Compreender os protocolos e serviços utilizados.		
EMENTA		
Contexto histórico e motivação para o surgimento das redes. Classificação das redes quanto às topologias, área de cobertura. Modelos de Referência de redes: OSI e TCP/IP. Sistema de camadas . Redes ponto-a-ponto e com elemento concentrador. Componentes de hardware de uma rede. Camadas do modelo OSI e do modelo TCP/IP, seus princípios, serviços e protocolos.		
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS		
UNIDADE	ASSUNTO	
I INTRODUÇÃO	HISTÓRICO E EVOLUÇÃO TIPOS DE SERVIÇOS CLASSIFICAÇÃO (LANS, MANS E WANS) TOPOLOGIAS E PADRÕES ARQUITETURAS FUNDAMENTOS E UTILIZAÇÃO DA INTERNET	
II MODELOS DE REFERÊNCIA DE SISTEMA DE CAMADAS	DE E DE	MODELO DE REFERÊNCIA OSI, SUAS CAMADAS E PROTOCOLOS MODELO TCP/IP, SUAS CAMADAS E PROTOCOLOS
III CAMADA FÍSICA		MEIOS DE TRANSMISSÃO COMUTADORES HARDWARE E <i>SOFTWARE</i> PARA REDES LOCAIS LANS PONTO-A-PONTO E COM ELEMENTO CONCENTRADOR
IV CAMADA ENLACE	DE	PRINCÍPIOS E SERVIÇOS TÉCNICAS DE DETECÇÃO E CORREÇÃO DE ERROS PROTOCOLOS ENDEREÇAMENTO PADRÃO ETHERNET (802.3) REDES SEM FIOS (Wi-Fi, WiMAX E BLUETOOTH)
V CAMADA DE REDE		PRINCÍPIOS E SERVIÇOS PROTOCOLO IP PROTOCOLOS DE CONTROLE ALGORITMOS E PROTOCOLOS DE ROTEAMENTO
VI CAMADA TRANSPORTE	DE	PRINCÍPIOS E SERVIÇOS PROTOCOLOS TCP, UDP E RTP
VII CAMADA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO	DE E	PRINCÍPIOS E PROTOCOLOS
VIII		PRINCÍPIOS

CAMADA DE APLICAÇÃO	DE	PROTOCOLOS DA CAMADA DE APLICAÇÃO
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM		
Aulas expositivas utilizando os recursos didáticos. Aulas práticas com realização de tutoriais.		
RECURSOS DIDÁTICOS		
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação. Apostilas com tutoriais práticos.		
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM		
Avaliações teóricas e práticas.		
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES		
1ª Avaliação: teórica ao final das Unidades I, II e III 2ª Avaliação: teórica ao final das Unidades IV, V e VI 3ª Avaliação: teórica ao final das Unidades VII e VIII		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica</p> <p>KUROSE, J. F. Redes de computadores e a Internet - Uma abordagem top-down. 5ª ed. Pearson, 2010.</p> <p>TANENBAUM. A. S. Redes de Computadores. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>Complementar</p> <p>COMER, D. E. Redes de computadores e Internet. 4ª ed. Bookman, 2007.</p> <p>COMER, D. E. Interligação de Redes com TCP/IP, vol.1, 5ª ed. Elsevier, 2006.</p> <p>HAYAMA, M. M. Montagem de Redes Locais - Prático e Didático, 6ª edição. Editora Érica, 2002.</p>		

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA				
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS		PERÍODO: 2º	SEMESTRE LETIVO: 2012.2	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Agregar conceitos e definições sobre conhecimento e ciência;• Agregar noções sobre os pressupostos filosóficos da pesquisa científica;• Conhecer, estudar e agregar conceitos sobre a pesquisa aplicada à área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;• Agregar conhecimento sobre a elaboração de trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa;• Conhecer, estudar e aplicar as normas da ABNT para elaboração de trabalhos científicos/acadêmicos.				
EMENTA				
Ciência e abordagem científica. Conceitos básicos de pesquisa. Revisão da literatura e referência bibliográfica. Tipos de Pesquisa: configuração de problemas; definição de termos; definição de objetivos; conceitos, amostra e critérios de definição; Identificação e Seleção de Técnicas de Pesquisa. Critérios de análise, interpretação e apresentação de resultados. Elaboração de um projeto de pesquisa.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I		METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: CONCEITO E APLICAÇÕES FUNDAMENTOS SOBRE CONHECIMENTO, CIÊNCIA E PESQUISA CIENTÍFICA		
II		FICHAMENTO, RESUMO E RESENHA UTILIZAÇÃO DAS NORMAS DA ABNT PARA ADEQUAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS/ACADÊMICOS.		
III		PESQUISA CIENTÍFICA: CONCEITOS E APLICAÇÃO PRÁTICA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS E PROJETOS DE PESQUISA.		
		REVISÃO E AVALIAÇÃO		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas participativas, com a realização de seminários, trabalhos em grupo e exercícios individuais.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação. Apostilas.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações, Projeto de Pesquisa.				
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES				
1ª Avaliação: Unidades – I				
2ª Avaliação: Unidades – II				
3ª Avaliação: Unidades – III				
BIBLIOGRAFIA				
Básica: KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa , 27ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.				

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: A prática de fichamento, resumos, resenhas**, 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Complementar:

BASTOS, C. ET AL. **Aprendendo a aprender**, 16ª Ed. Petrópolis: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

CARMO NETO, D. G. do. **Metodologia Científica para principiante**. Salvador: Universitária Americana, 1992.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976.

DISCIPLINA: GERÊNCIA DA INFORMAÇÃO				
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS		PERÍODO: 2º	SEMESTRE LETIVO: 2012.2	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a influência da TI nos processos organizacionais das empresas;• Conhecer ferramentas eficientes para melhoria/automatização de processos organizacionais das empresas;• Capacitar o aluno a sugerir, analisar e discutir novas tecnologias para solucionar problemas em empresas;• Apresentar aos alunos conceitos essenciais de Gerência da Informação;• Analisar a complexidade dos sistemas de informação no mundo competitivo;• Promover uma visão crítica sobre as potencialidades do profissional de informática para o setor.				
EMENTA				
Caracterização das organizações. Informática nas Organizações. Conceito e tipos de sistemas de Informação. Relação entre situações-problema no contexto organizacional e os diferentes tipos de sistemas de informação. Estudo de casos.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I CONCEITOS FUNDAMENTAIS	O CONTEXTO DA INFORMAÇÃO, O PROFISSIONAL DE INFORMÁTICA NO CONTEXTO DA INFORMAÇÃO E CLIENTES DA INFORMAÇÃO.			
	O PROCESSO GERENCIAL E O CICLO DE GESTÃO			
	A TOMADA DE DECISÃO			
II CARACTERIZAÇÃO DE SISTEMAS	O PROCESSO DECISÓRIO: CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS			
	FUNDAMENTOS DA TEORIA DE SISTEMAS			
	VISÃO, CONCEITOS E EXEMPLOS DE SISTEMAS			
	TIPOS DE SISTEMAS			
	MODELAGEM DE SISTEMAS			
III GESTÃO DA INFORMAÇÃO	ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA TI E NEGÓCIOS			
	RECURSOS E TECNOLOGIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			
	GESTÃO DE CONHECIMENTO			
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas utilizando os recursos didáticos.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco; Pincel atômico.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Avaliações teóricas (escrita), apresentação de seminários e práticas utilizando estudos de caso.				
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES				
1ª Avaliação: Unidade I				
2ª Avaliação: Unidade II				
3ª Avaliação: Unidade III				
BIBLIOGRAFIA				
Básica:				

LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**, 7ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

Complementar:

STEPHEN P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. **Sistemas de informação Gerenciais**, 7ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DISCIPLINA: INGLÊS TÉCNICO E INSTRUMENTAL II			
CARGA HORÁRIA: 33 HORAS		PERÍODO: 3º	SEMESTRE LETIVO: 2012.2
CRÉDITOS: 02			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Ler e compreender textos de gêneros diversos utilizando as estratégias/técnicas de leitura numa Segunda língua – Inglês;• Efetivar a prática da leitura e da produção de gêneros acadêmicos.			
EMENTA			
Inferência. Grupo ou Sintagma Nominal. Grupo ou Sintagma Verbal. Referência. Conectivos/Marcadores/Palavras de Ligação. Gêneros textuais técnicos e Acadêmicos.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I	INFERÊNCIA: NÍVEL LINGUÍSTICO ESTRUTURAL, NÍVEL SEMÂNTICO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS		
II	GRUPO OU SINTAGMA NOMINAL GRUPO OU SINTAGMA VERBAL		
III	ESTRUTURA DA SENTENÇA PROCESSOS DE REFERÊNCIA LINGÜÍSTICA CONECTIVOS/MARCADORES/PALAVRAS DE LIGAÇÃO		
IV	ATIVIDADES COM GÊNEROS TEXTUAIS TÉCNICOS E ACADÊMICOS: CARTA FORMAL; RELATÓRIO; ABSTRACT OU RESUMO ACADÊMICO; ARTIGO CIENTÍFICO; ENTRE OUTROS.		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas utilizando textos de gêneros diversos; Exercícios; Dinâmica de grupo através de discussões/debates; Seminários; Músicas; Filmes, entre outros.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojeto; CDs, DVDs; entre outros.			
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.			
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES			
1ª Avaliação: Unidades – I e II			
2ª Avaliação: Unidades – III e IV			
BIBLIOGRAFIA			
Básica:			
EDMUNDSON, M. V.da S. Leitura e Compreensão de textos no Livro Didático de Língua Inglesa . João Pessoa: Editora do CEFET-PB, 2008.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.			
Complementar:			
RAMOS, R. C. G. Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos . In: The ESPECIALIST, 25. 2: 107-129. PUC-SP, 2004.			
DIONÍSIO, P. A. et al. Organizadoras. Gêneros Textuais e Ensino . 2a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.			
_____. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura . Campinas: Editora Pontes, 2000.			

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for specific purposes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Editora Pontes, 1996.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: **O que são e como se classificam?** Recife: Editora da UFPE, 2000.

NUTTAL, Christine. **Teaching reading skills in a foreign language**. London: Heinemann, 1982.

DISCIPLINA: ESTRUTURAS DE DADOS E ALGORITMOS				
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 3º	SEMESTRE LETIVO: 2013.1	CRÉDITOS: 06
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a complexidade temporal de algoritmos básicos;• Usar os diversos tipos de estruturas de dados existentes adequadamente.				
EMENTA				
Introdução à Análise de Algoritmos. Estrutura de dados lineares: a lista e suas variantes (pilha e fila). Estrutura de dados não-lineares: tabelas <i>hash</i> , árvores, árvores binárias, árvores balanceadas, árvores preto e vermelho.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE ALGORITMOS	À DE	CÁLCULO DE TEMPO DE EXECUÇÃO DE ALGORITMOS		
		NOTAÇÃO ASSINTÓTICA		
		ALGORITMOS DE ORDENAÇÃO		
II ESTRUTURAS DE DADOS LINEARES		LISTA ENCADEADA		
		LISTA DUPLAMENTE ENCADEADA		
		FILA		
		PILHA		
		ESTRUTURAS DE DADOS NÃO-LINEARES		
III ÁRVORES		ÁRVORES BINÁRIAS		
		ÁRVORES AVL		
		ÁRVORES B		
		ÁRVORES PRETO-E-VERMELHO		
		<i>HEAP</i> BINÁRIO		
		TABELA <i>HASH</i>		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas com auxílio de quadro branco e pincel. Discussões em sala e estudos de caso.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação. Apostilas com tutoriais práticos.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais ou em grupo com ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.				
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES				
1ª Avaliação: teórica ao final da Unidade I				
2ª Avaliação: teórica ao final da Unidade II				
3ª Avaliação: teórica ao final da Unidade III				
BIBLIOGRAFIA				
Básica				
CORMEN, T. H.; LEISERSON, C. E.; RIVEST, R. L.; STEIN, C. Algoritmos Teoria e Prática , 2ª				

Edição. Ed. MIT Press, 2002.

SEEDGEWICK, R.; WAYNE, K. **Algorithms**, 4ª Edição. Pearson, 2011.

Complementar

AHO, A. V.; HOPCROFT, J. E.; ULLMAN, J. D. **Data Structures and Algorithms**. Addison-Wesley, 1987.

DISCIPLINA: BANCO DE DADOS I			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 3º	SEMESTRE LETIVO:
CRÉDITOS: 06			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Compreender a natureza dos bancos de dados;• Conhecer e detalhar os componentes e aplicações de um banco de dados;• Consolidar as funções e principais características de um banco de dados;• Diferenciar os tipos de modelo de dados;• Modelagem dos dados;• Projetar Banco de Dados Relacional;• Executar consultas em um Banco de Dados Relacional;• Conhecer os papéis dos administradores de banco de dados.			
EMENTA			
Modelo de dados. Modelagem de banco de dados. Sistemas de Gerenciamento de banco de dados (SGBD). Conceitos e terminologias de bancos de dados. Modelos e esquemas de dados. Modelo conceitual entidade-relacionamento. Modelo relacional. A linguagem SQL. Projeto de bancos de dados relacional: derivação do modelo lógico e físico, normalização, restrições, índices, chaves primária e estrangeira, visões, subprogramas armazenados e gatilhos, Controle transacional em SGBD.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I INTRODUÇÃO	HISTÓRICO CONCEITOS BÁSICOS		
II MODELAGEM DE DADOS	MODELOS E ESQUEMAS DE DADOS MODELO DE ENTIDADES-RELACIONAMENTOS (MER) MODELO RELACIONAL ÁLGEBRA RELACIONAL REGRAS DE INTEGRIDADE RELACIONAL		
III PROJETO DE BANCO DE DADOS RELACIONAL	TRANSFORMAÇÃO DE MER EM DIAGRAMA RELACIONAL NORMALIZAÇÃO		
IV MANIPULAÇÃO DE DADOS	LINGUAGEM DE CONSULTA ESTRUTURADA (SQL) LINGUAGEM DE MANIPULAÇÃO DE DADOS (DML) LINGUAGEM DE DEFINIÇÃO DE DADOS (DDL) LINGUAGEM DE CONTROLE DE DADOS (DCL) LINGUAGEM DE TRANSAÇÃO DE DADOS (DTL) LINGUAGEM DE CONSULTA DE DADOS (DQL)		
V ARQUITETURA, ADMINISTRAÇÃO E APLICAÇÕES	ARQUITETURA PARA SISTEMAS GERENCIADOS DE BANCO DE DADOS USO DO SQL EM APLICAÇÕES SERVIÇOS DE UM GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas. Atividades práticas de projeto de banco de Dados Atividades individuais e em grupo para consolidação do conteúdo ministrado.			

RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojektor; CDs, DVDs; entre outros.
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES
1 ^a Avaliação: Unidades –I, II e III 2 ^a Avaliação: Unidade – IV e V 3 ^a Avaliação: Projeto de um banco de dados relacional
BIBLIOGRAFIA
<p>Básica</p> <p>ELMASRI, R. E. e NAVATHE, S. Sistemas de Banco de Dados, 4^a edição. Addison-Wesley, 2005.</p> <p>KORTH, H.; SILBERSCHATZ, A. e SUDARSHAN, S. Sistemas de Bancos de Dados, 5^a edição. Campus, 2006.</p> <p>Complementar</p> <p>GARCIA-MOLINA, H., ULLMAN, J. D. e WIDOM, J. D. Database Systems: The Complete Book, 2nd edition, Prentice Hall, 2008.</p> <p>DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados, 8^a edição. Campus, 2004.</p> <p>HEUSER, C. Projeto de Banco de Dados, 5^a edição. Série UFRGS, Nº 4. Sagra-Luzzatto, 2004.</p>

DISCIPLINA: PADRÕES DE PROJETO			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 3º	SEMESTRE LETIVO:
			CRÉDITOS: 06
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o objetivo de utilização de soluções reutilizáveis; • Listar, definir e aplicar padrões de projeto orientado a objetos; • Elaborar soluções reutilizáveis de sistemas de informação. 			
EMENTA			
Caracterização dos padrões de projeto. Tipos de padrões de projeto. Elementos essenciais de um padrão de projeto. Padrões para atribuição de responsabilidade. Padrões de projeto arquitetural. Reusabilidade. Padrões do catálogo GOF. Aplicação de padrões de projeto no desenvolvimento de sistemas de informação orientado a objetos.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I INTRODUÇÃO	MOTIVAÇÃO CONCEITOS BÁSICOS		
II PADRÕES GRASP	ESPECIALISTA NA INFORMAÇÃO CRIADOR CONTROLADOR ACOPLEMENTO FRACO COESÃO ALTA POLIMORFISMO VARIAÇÕES PROTEGIDAS		
III PADRÕES DE CRIAÇÃO	ABSTRACT FACTORY BUILDER FACTORY METHOD PROTOTYPE SINGLETON		
IV PADRÕES ESTRUTURAIS	ADAPTER BRIDGE COMPOSITE DECORATOR FAÇADE FLYWEIGHT PROXY		
V PADRÕES COMPORTAMENTAIS	CHAIN OF RESPONSIBILITY COMMAND INTERPRETER ITERATOR MEDIATOR MEMENTO OBSERVER STATE STRATEGY TEMPLATE METHOD VISITOR		

MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM
<p>Aulas expositivas e dialogadas com auxílio de material visual (slides).</p> <p>Atividades práticas individuais e em grupo para consolidação do conteúdo ministrado.</p> <p>Apresentação de seminários para complementação de estudos.</p>
RECURSOS DIDÁTICOS
<p>Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojeto; CDs, DVDs; entre outros.</p>
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
<p>Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.</p>
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES
<p>1^a Avaliação: Unidades – I e II</p> <p>2^a Avaliação: Unidades – III, IV e V</p> <p>3^a Avaliação: Projeto orientado a objetos utilizando padrões</p>
BIBLIOGRAFIA
<p>Básica:</p> <p>GAMMA, E., et al. Padrões de Projeto: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado a Objetos. Bookman, 2000.</p> <p>FREEMAN, E. e FREEMAN, E. Use a Cabeça! Padrões de Projeto (Design Patterns), 2^a edição. Alta Books, 2007.</p> <p>Complementar:</p> <p>METSKER, S. J. Padrões de Projeto em Java. Bookman, 2004.</p> <p>SHALLOWAY, A. e TROTT, J. R. Explicando Padrões de Projeto - Uma Nova Perspectiva em Projeto Orientado a Objeto. Bookman, 2004.</p>

DISCIPLINA: PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS	PERÍODO: 4º	SEMESTRE LETIVO: 2013.2	CRÉDITOS: 06
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Apresentar o conceito de processo de desenvolvimento de sistemas de informação;• Conhecer o ciclo de vida de um sistema de informação;• Apresentar modelos de processo de sistemas de informação;• Motivar para necessidade de planejamento de projetos;• Conhecer as principais tarefas dos gerentes de projetos;• Realizar o planejamento e controle de projetos levando em consideração as variáveis: escopo, tempo, custo, qualidade e riscos;• Capacitar os alunos para o gerenciamento de pessoas no contexto de projetos de tecnologia da informação.			
EMENTA			
Conceito de modelo de processo de sistemas de informação. Tipos de modelos de processos. Fases, atividades e atores de um processo. Principais processos de gerenciamento de projetos. Atividades e artefatos das fases de gerenciamento de projetos. Variáveis de controle (tempo, custo, qualidade, riscos, escopo) do processo de gerenciamento de projetos. Atividades de gerenciamento de pessoas.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CONCEITO DE PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MODELOS DE PROCESSO		
	CICLO DE VIDA DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO		
	MODELOS CASCATA, ITERATIVO E INCREMENTAL, ESPIRAL		
	MODELO EXTREMME PROGRAMMING		
	MODELO RUP (RATIONAL UNIFIED PROCESS)		
II GERENCIAMENTO DE PROJETOS	CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE GERENCIAMENTO DE PROJETOS		
	GERENCIAMENTO DE ESCOPO		
	GERENCIAMENTO DE TEMPO		
	GERENCIAMENTO DE QUALIDADE		
	GERENCIAMENTO DE CUSTO		
	GERENCIAMENTO DE RISCOS		
III PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	GERENCIAMENTO DE PESSOAL		
	GUIA PMBOK		
IV FERRAMENTAS PARA GERÊNCIA	SCRUM		
	FERRAMENTAS DE AUXÍLIO À GERÊNCIA DE PROJETOS		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas com auxílio de quadro branco e pincel. Atividades práticas em laboratório para consolidação do conteúdo ministrado.			
RECURSOS DIDÁTICOS			

Quadro branco, Pincel, Laboratório de informática com computadores que possuem acesso à Internet e ferramentas CASE (do inglês *Computer-Aided Software Engineering*) instaladas.

TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Avaliação escrita (I e III), estudo de caso (II) e seminários (IV).

ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES

1ª Avaliação: Unidade I

2ª Avaliação: Unidade II

3ª Avaliação: Unidade III

4ª Avaliação: Unidade IV

BIBLIOGRAFIA

Básica:

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de software**, 8ª edição / Ian Sommerville, tradução: Selma Shin Shimizu Melnikoff, Reginaldo Arakaki, Edilson de Andrade Barbosa; revisão técnica: Kechi Kiram – 9ª ed. – São Paulo : Person Addison-Wesley, 2011.

Complementar:

PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de Software**, 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. **Engenharia de Software: Fundamentos, Métodos e Padrões**, 2. ed. 1. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

PFLEEGER, Shari Lawrence. **Engenharia de Software: Teoria e Prática**. 2. ed. Prentice-Hall, 2004.

DISCIPLINA: BANCO DE DADOS II			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 4º	SEMESTRE LETIVO:
CRÉDITOS: 06			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">Diferenciar os tipos avançados de banco de dados;Compreender a utilização de cada tipo de banco de dados;Identificar as limitações do modelo relacional.			
EMENTA			
Bancos de dados objeto-relacional. Projeto de bancos de dados objeto-relacional: modelos conceitual, lógico e físico. Consultas em bancos de dados objeto-relacional. Banco de dados semi-estruturados. Banco de dados temporais. Banco de dados espaciais. Banco de Dados Multidimensionais. Banco de dados distribuídos. Banco de dados NoSQL.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I BANCO DE DADOS ORIENTADO A OBJETOS (BDOO)	LIMITAÇÃO DO MODELO RELACIONAL BANCO DE DADOS ORIENTADO A OBJETOS LINGUAGEM DE DEFINIÇÃO DE OBJETOS (ODL) LINGUAGEM DE CONSULTA DE OBJETOS (OQL)		
II BANCO DE DADOS OBJETO-RELACIONAL (BDOR)	TIPOS COMPLEXOS RELAÇÕES ANINHADAS REFERÊNCIAS HERANÇA CONSULTAS COM TIPOS COMPLEXOS COMPARAÇÃO BDOR COM BDOO		
III BANCO DE DADOS AVANÇADOS	BANCO DE DADOS SEMI-ESTRUTURADOS BANCO DE DADOS TEMPORAIS BANCO DE DADOS ESPACIAIS BANCO DE DADOS MULTIDIMENSIONAIS BANCO DE DADOS DISTRIBUÍDOS BANCO DE DADOS NoSQL		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas utilizando textos de gêneros diversos; Exercícios; Dinâmica de grupo através de discussões/debates; Seminários; Músicas; Filmes, entre outros.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojeto; CDs, DVDs; entre outros.			
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.			
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES			
1ª Avaliação: Unidades – I e II 2ª Avaliação: Unidade – III 3ª Avaliação: Projeto de um banco de dados não convencional			
BIBLIOGRAFIA			

Básica

ELMASRI, R. E. e NAVATHE, S. **Sistemas de Banco de Dados**, 4ª edição. Addison-Wesley, 2005.
KORTH, H.; SILBERSCHATZ, A. e SUDARSHAN, S. **Sistemas de Bancos de Dados**, 5ª edição. Campus, 2006.

Complementar

GARCIA-MOLINA, H., ULLMAN, J. D. e WIDOM, J. D. **Database Systems: The Complete Book**, 2nd edition. Prentice Hall, 2008.
DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Bancos de Dados**, 8ª edição. Campus, 2004.
HEUSER, C. **Projeto de Banco de Dados**, 5ª edição. Série UFRGS, Nº 4. Sagra-Luzzatto, 2004.
OZSU, M.T. **Princípios de banco de dados distribuídos**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
PRESSMAN, R.S. **Engenharia WEB**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
CASANOVA, M, et al. **Bancos de Dados Geográficos**, INPE, 2005.
MARCON, A. M. e NEVES, D. **Aplicações e Banco de Dados para Internet**. Érica, 2000.

DISCIPLINA: ANÁLISE E PROJETO				
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 4º	SEMESTRE LETIVO: 2013.2	CRÉDITOS: 06
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Capacitar o aluno na realização das atividades envolvidas no processo de engenharia de requisitos: estudo de viabilidade, análise de requisitos, validação de requisitos e gerenciamento de requisitos de um sistema de informação;• Representar requisitos utilizando modelos;• Capacitar o aluno na representação dos requisitos em um documento;• Capacitar o aluno na especificação de interface do sistema de informação;• Capacitar o aluno na modelagem de problemas e soluções utilizando uma linguagem padrão;• Capacitar o aluno na modelagem de problemas e soluções utilizando ferramentas CASE (<i>Computer-Aided Software Engineering</i>).				
EMENTA				
Conceito de requisitos e os seus tipos (funcionais e não-funcionais). Estudos de viabilidade. Elicitação e análise de requisitos. Especificação de requisitos utilizando modelos. Introdução à especificação de interface com usuário. Validação de requisitos. Elaboração de documento de requisitos.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I LEVANTAMENTO DE REQUISITOS	CONCEITOS BÁSICOS SOBRE CICLO DE VIDA DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO			
	CONCEITO DE REQUISITOS E SEUS TIPOS (FUNCIONAIS E NÃO-FUNCIONAIS)			
	ESTUDO DE VIABILIDADE			
	ELICITAÇÃO E ANÁLISE DE REQUISITOS			
	VALIDAÇÃO DE REQUISITOS			
	INTRODUÇÃO À ESPECIFICAÇÃO DA INTERFACE COM O USUÁRIO			
	DOCUMENTO DE REQUISITOS			
II MODELAGEM DE SISTEMAS	INTRODUÇÃO À ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS UTILIZANDO MODELOS			
	MODELO DE CONTEXTO			
	MODELO DE COMPORTAMENTO			
	MODELO DE DADOS			
	MODELO DE OBJETOS			
III MODELAGEM DE SISTEMAS COM UML	INTRODUÇÃO À UML(UNIFIED MODELING LANGUAGE)			
	DIAGRAMA DE CASOS DE USO			
	DIAGRAMA DE CLASSES			
	DIAGRAMA DE SEQUÊNCIA			
	DIAGRAMA DE COLABORAÇÃO			
	DIAGRAMA DE CONTEXTO			
IV ARQUITETURA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PROJETO ARQUITETURAL			
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				

Aulas expositivas e dialogadas com auxílio de quadro branco e pincel.
Atividades práticas em laboratório para consolidação do conteúdo ministrado.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, Pincel, Laboratório de informática com computadores que possuem acesso à Internet e ferramentas CASE (do inglês *Computer-Aided Software Engineering*) instaladas.

TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Exercícios escritos (individuais e em grupo), estudos de caso e exercícios em laboratórios de informática.

ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES

1ª Avaliação: Unidade I
2ª Avaliação: Unidade II
3ª Avaliação: Unidade III
4ª Avaliação: Unidade IV

BIBLIOGRAFIA

Básica:

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de software**, 8ª edição / Ian Sommerville, tradução: Selma Shin Shimizu Melnikoff, Reginaldo Arakaki, Edilson de Andrade Barbosa; revisão técnica: Kechi Kiram – 9ª ed. – São Paulo : Person Addison-Wesley, 2011.

LARMAN, C. **Utilizando UML e Padrões**, 3ª Edição. Bookman, 2007 – ISBN: 8560031529.

Complementar:

GUEDES, Gilleanes T. A. **UML - Uma Abordagem Prática**, 2ª. Edição. Novatec, 2006 – ISBN: 85-75.

DISCIPLINA: SISTEMAS OPERACIONAIS				
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS		PERÍODO: 4º	SEMESTRE LETIVO: 2013.2	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">Entender o que são Sistemas Operacionais e diferenciar os principais tipos;Entender como funciona o gerenciamento de recursos de um sistema computacional do ponto de vista do sistema operacional;Escolher o sistema operacional adequado para os sistemas de informação que irá projetar.				
EMENTA				
Definição. Histórico e evolução. Tipos de sistemas operacionais. Conceito de Processos. Sincronização e comunicação entre processos. Escalonamento de processos. Gerência de memória. Memória Virtual, paginação e segmentação. Gerência de Arquivos. Sistemas operacionais no contexto da análise de projetos.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I DEFINIÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS	DE	O QUE É UM SISTEMA OPERACIONAL?		
		O SISTEMA OPERACIONAL COMO UMA MÁQUINA ESTENDIDA		
		O SISTEMA OPERACIONAL COMO UM GERENCIADOR DE RECURSOS		
II TIPOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS	DE	SISTEMAS OPERACIONAIS DE GRANDE PORTE		
		SISTEMAS OPERACIONAIS DE SERVIDORES		
		SISTEMAS OPERACIONAIS DE MULTIPROCESSADORES		
		SISTEMAS OPERACIONAIS DE COMPUTADORES PESSOAIS		
		SISTEMAS OPERACIONAIS EMBARCADOS		
III HISTÓRICO DE SISTEMAS OPERACIONAIS	DE	A PRIMEIRA GERAÇÃO (1945-1955). VÁLVULAS E PAINÉIS DE PROGRAMAÇÃO.		
		A SEGUNDA GERAÇÃO (1955-1965). TRANSISTORES E SISTEMAS EM LOTE (<i>BATCH</i>).		
		A TERCEIRA GERAÇÃO (1965-1980). CIs E MULTIPROGRAMAÇÃO.		
		A QUARTA GERAÇÃO (1980-PRESENTE). COMPUTADORES PESSOAIS.		
IV PROCESSOS E <i>THREADS</i>	E	PROCESSOS		
		<i>THREADS</i>		
		PROBLEMAS CLÁSSICOS DE INTERCOMUNICAÇÃO DE PROCESSOS		
		ESCALONAMENTO		
V GERENCIAMENTO DE MEMÓRIA		TROCA DE PROCESSOS		
		MEMÓRIA VIRTUAL		
		PAGINAÇÃO		
		SEGMENTAÇÃO		
VI GERÊNCIA DE ARQUIVOS	DE	ARQUIVOS		
		DIRETÓRIOS		
		EXEMPLOS DE SISTEMAS DE ARQUIVOS		
VII		SISTEMAS OPERACIONAIS NO CONTEXTO DA ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Aulas expositivas com auxílio de quadro branco e pincel. Discussões em sala e estudos de caso.				

RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação.
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais ou em grupo com ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES
1ª Avaliação: teórica ao final das Unidades I, II e III 2ª Avaliação: teórica ao final das Unidades IV e V 3ª Avaliação: teórica ao final das Unidades VI e VII
BIBLIOGRAFIA
<p>Básica</p> <p>TANENBAUM, A. S. Sistemas Operacionais Modernos. 3ª Edição. Prentice Hall, 2010.</p> <p>MACHADO, F. B.; MAIA, L. P. Arquitetura de Sistemas Operacionais, 4ª edição. LTC., 2007.</p> <p>Complementar</p> <p>TANENBAUM, A. S.; WOODHULL, A. S. Operating Systems Design and Implementation. 3ª ed. Prentice Hall, 2007.</p>

DISCIPLINA: ANÁLISE DE ALGORITMOS			
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS	PERÍODO: 5º	SEMESTRE LETIVO: 2014.1	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Provar a corretude de algoritmos recursos e não-recursivos;• Analisar algoritmos quanto à sua complexidade temporal;• Entender quais técnicas de construção de algoritmos devem ser usadas para os mais diversos problemas;• Identificar e relacionar problemas reais com os problemas clássicos da teoria dos grafos;• Diferenciar as classes de problemas P e NP e classificar problemas reais em relação a estas classes.			
EMENTA			
Corretude de algoritmos. Análise de complexidade de algoritmos. Análise Assintótica. Técnicas de construção de algoritmos: divisão e conquista, método guloso, programação dinâmica, <i>backtracking</i> e <i>branch-and-bound</i> . Introdução à teoria dos grafos. As classes P e NP. NP-completude.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I	FUNÇÃO DOS ALGORITMOS NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS		
II CORRETUDE DE ALGORITMOS	PROVA POR INDUÇÃO		
	INVARIANTES DE LAÇO		
	CORRETUDE DE ALGORITMOS RECURSIVOS		
	CORRETUDE DE ALGORITMOS NÃO-RECURSIVOS		
III ANÁLISE DA COMPLEXIDADE DE ALGORITMOS	ANÁLISE ASSINTÓTICA		
	COMPLEXIDADE DE TEMPO		
	ANÁLISE DE ALGORITMOS SIMPLES		
	ANÁLISE DE ALGORITMOS DE ORDENAÇÃO		
IV TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DE ALGORITMOS	DIVISÃO-E-CONQUISTA		
	O MÉTODO GULOSO		
	PROGRAMAÇÃO DINÂMICA		
	<i>BACKTRACKING</i> E <i>BRANCH-AND-BOUND</i>		
V INTRODUÇÃO À TEORIA DOS GRAFOS	CONCEITOS DE GRAFOS		
	ANÁLISE DE ALGORITMOS SOBRE GRAFOS		
VI CLASSES DE PROBLEMAS	A CLASSE P		
	A CLASSE NP		
	NP-COMPLETUDE		
	A QUESTÃO P VERSUS NP		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas com auxílio de quadro branco e pincel. Discussões em sala e estudos de caso.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores			

e outros dispositivos de comunicação.
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais ou em grupo com ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES
1ª Avaliação: teórica ao final das Unidades I e II 2ª Avaliação: teórica ao final das Unidades III e IV 3ª Avaliação: teórica ao final das Unidades V e VI
BIBLIOGRAFIA
<p>Básica</p> <p>CORMEN, T. H.; LEISERSON, C. E.; RIVEST, R. L.; STEIN, C. Algoritmos Teoria e Prática, 2ª Edição. Ed. MIT Press, 2002.</p> <p>SEDGEWICK, R.; WAYNE, K. Algorithms, 4ª Edição. Pearson, 2011.</p> <p>Complementar</p> <p>AHO, A. V.; HOPCROFT, J. E.; ULLMAN, J. D. Data Structures and Algorithms. Addison-Wesley, 1987.</p>

DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES CORPORATIVAS			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS		PERÍODO: 5º	SEMESTRE LETIVO:
CRÉDITOS: 06			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Aprender o que são aplicações corporativas;• Aprender como arquitetura em camadas permitem construir aplicações corporativas;• Elaborar aplicações corporativas;• Elaborar aplicações com altos requisitos de segurança;• Elaborar aplicações Web escaláveis.			
EMENTA			
Arquiteturas de aplicações corporativas. Ferramentas para desenvolvimento: IDE, controle de versões, gerência de projetos, monitoramento de defeitos. Programação baseada em componentes. Utilização de uma plataforma de programação para o desenvolvimento de aplicações corporativas. APIs de persistência de dados. Segurança de aplicações corporativas.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I INTRODUÇÃO	HISTÓRICO MOTIVAÇÃO CONCEITOS BÁSICOS		
II ARQUITETURA, FRAMEWORKS TECNOLOGIAS	E	ARQUITETURAS JEE PADRÃO MODEL-VIEW-CONTROLLER (MVC) FRAMEWORKS MVC INJEÇÃO DE DEPENDÊNCIA PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A COMPONENTES SERVIÇOS WEB REST	
III PERSISTÊNCIA SEGURANÇA	E	APIS PARA PERSISTÊNCIA DE DADOS SEGURANÇA DE DADOS CONTROLE DE ACESSO SEGURANÇA DE ACESSO A APLICAÇÃO PREVENÇÃO DE ATAQUES	
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas utilizando textos de gêneros diversos; Exercícios; Dinâmica de grupo através de discussões/debates; Seminários; Músicas; Filmes, entre outros.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco; Pincel atômico; Laboratório de Línguas – gravador, headphones, TV, Vídeo, Microcomputador/Retroprojeto; CDs, DVDs; entre outros.			
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.			
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES			
1ª Avaliação: Unidades – I e II			
2ª Avaliação: Unidades – III			
3ª Avaliação: Projeto de desenvolvimento de uma aplicação corporativa			

BIBLIOGRAFIA
<p>Básica</p> <p>GAMMA, E., et al. Padrões de Projeto: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado a Objetos. Bookman, 2000.</p> <p>FREEMAN, E. e FREEMAN, E. Use a Cabeça! Padrões de Projeto (Design Patterns), 2ª edição, Alta Books, 2007.</p> <p>Complementar</p> <p>METSKER, S. J. Padrões de Projeto em Java. Bookman, 2004.</p> <p>SHALLOWAY, A. e TROTT, J. R. Explicando Padrões de Projeto - Uma Nova Perspectiva em Projeto Orientado a Objeto. Bookman, 2004.</p>

DISCIPLINA: TÉCNICAS DE TESTE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			
CARGA HORÁRIA: 100 HORAS	PERÍODO: 5º	SEMESTRE LETIVO: 2013.1	CRÉDITOS: 06
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar os conceitos de validação, verificação e teste de sistemas de informação; Escolher adequadamente as técnicas adequadas de validação, verificação e teste para cada tipo de projeto. 			
EMENTA			
Princípios e conceitos de teste. Processo de teste. Tipos de teste (unidade, integração, sistema, aceitação, regressão, funcional, usabilidade, carga e desempenho). Teste de caixa branca, teste de caixa preta. Desenvolvimento guiado por testes.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I	O QUE É TESTE E PORQUE ELE É NECESSÁRIO?		
CONCEITOS	FALHA, FALTA, DEFEITO E ERRO.		
RELACIONADOS A	CONSISTÊNCIA DE UM CONJUNTO DE CASOS DE TESTE		
TESTE DE	QUALIDADE X CONFIABILIDADE		
SISTEMAS DE	TESTE CAIXA-BRANCA, CAIXA-PRETA E CAIXA-CINZA		
INFORMAÇÃO.	COBERTURA DE UM CONJUNTO DE CASOS DE TESTE		
II	PARTIÇÃO POR EQUIVALÊNCIA		
TÉCNICAS	TESTE DE VALORES LIMITE		
BÁSICAS DE	GRAFO DE CAUSA-EFEITO		

TESTE	DESENVOLVIMENTO DIRIGIDO A TESTES TESTE DE UNIDADE TESTE DE INTEGRAÇÃO TESTE DE SISTEMA TESTE DE ACEITAÇÃO TESTE DE REGRESSÃO TESTE DE USABILIDADE TESTE DE OPERAÇÃO
III GESTÃO DE PROCESSOS DE TESTE	PLANEJAMENTO ESTRATÉGIA MONITORAÇÃO CONTROLE RISCOS
IV TÉCNICAS AVANÇADAS DE TESTE	ANÁLISE E TESTE DE MUTANTES RASTREAMENTO DE DEFEITOS TÉCNICAS DE TESTE NÃO-FUNCIONAL (ESCALABILIDADE, SEGURANÇA, CARGA E DESEMPENHO)
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM	
Aulas expositivas com auxílio de quadro branco e pincel. Discussões em sala e estudos de caso.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação.	
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais ou em grupo com ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações.	
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES	
1ª Avaliação: teórica ao final das 1 2ª Avaliação: teórica ao final da 2	

3ª Avaliação: teórica ao final das Unidades 3 e 4

4ª Avaliação: prática ao final da 4.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica

JORGENSEN, P. C. **Software Testing: A Craftsman's Approach**. 3ª edição. Auerbach, 2008.

AMMANN, P.; OFFUTT, J. **Introduction to Software Testing**. Cambridge University Press, 2008.

Bibliografia complementar

PATTON, R. **Software Testing**. 2ª edição. SAMS, 2005.

DISCIPLINA: SOCIEDADE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
CARGA HORÁRIA: 33 HORAS		PERÍODO: 5º	SEMESTRE LETIVO: 2013.1
CRÉDITOS: 02			
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">Desenvolver pensamento crítico-reflexivo sobre as principais questões envolvendo a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade;Introduzir o aluno às preocupações individuais e sociológicas suscitadas pelo advento da informática.			
EMENTA			
A evolução da organização social. Relação organização social e trabalho. A sociedade da informação e do conhecimento. O profissional de informática na nova sociedade. Aspectos éticos do profissional de computação e informática. A relação homem x trabalho. Impactos da tecnologia e da informatização na sociedade atual.			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE E A CULTURA MODERNA	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO SOCIEDADE INDUSTRIAL INTERAÇÃO ENTRE HUMANOS E COMPUTADORES		
II A vida digital	A ERA DA PÓS-INFORMAÇÃO A VIDA DIGITAL		
III O COMPUTADOR E A SOCIEDADE	O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA CULTURA, NA EDUCAÇÃO E NAS ORGANIZAÇÕES O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO MEIO AMBIENTE A INTERNET: O CONTEÚDO DA WEB, INFORMAÇÃO, EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO.		
	REVISÃO E AVALIAÇÃO		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Estudo individual e grupal. Exposição dialogada; Debates; Técnicas vivenciais de Dinâmica de grupo; Teatro, etc.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação. Apostilas.			
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações, Participação individual e no grupo.			
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES			
1ª Avaliação: Unidades – I e II			
2ª Avaliação: Unidades – III.			
BIBLIOGRAFIA			
Básica: KENSKI, V. Tecnologias e ensino presencial e a distancia . Campinas: Papirus, 2003 LIMA, F. A sociedade digital. O impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.			
Complementar:			

CARVALHO, P. S. **Interação entre humanos e computadores: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 2000.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

KUMAR, K. **Da Sociedade pós-industrial à Pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED, 1997.

DISCIPLINA: RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO				
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS		PERÍODO: 6º	SEMESTRE LETIVO: 2014.2	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">Reconhecer a importância de se estudar Relações Humanas no Trabalho, sensibilizando para um posicionamento crítico e reflexivo do papel do indivíduo numa sociedade voltada para o mundo do trabalho.Desenvolver habilidades como: saber ouvir, falar adequadamente, respeitando as diferenças individuais visando a inter-pessoalidade no trabalho.				
EMENTA				
Psicologia aplicada à Administração, A compreensão pessoal e do outro; Comunicação interpessoal; Liderança; Ética Profissional.				
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS				
UNIDADE		ASSUNTO		
I PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO		CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA À ADMINISTRAÇÃO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL RELAÇÕES HUMANAS		
II A COMPREENSÃO PESSOAL E DO OUTRO		CONHECIMENTO DE SI E A CONVIVÊNCIA EM GRUPO A ARTE DE PERCEBER O OUTRO PROBLEMAS DE RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO PROBLEMAS PSICOLÓGICOS NAS EMPRESAS		
III COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL		VIVENDO EM SOCIEDADE, ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO. OS ELEMENTOS BÁSICOS DA COMUNICAÇÃO VOCÊ COMUNICANDO-SE COM OS OUTROS COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL NO TRABALHO BARREIRAS ESPECÍFICAS NA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL		
IV LIDERANÇA		A LIDERANÇA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL DINÂMICA DA LIDERANÇA AS LIDERANÇAS, CHEFIAS, SUAS CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE E DOS GRUPOS PROBLEMAS DE LIDERANÇA		
V ÉTICA PROFISSIONAL		ÉTICA E PROFISSÃO DEVERES PROFISSIONAIS AMBIÊNCIA E RELAÇÕES ESPECIAIS NO DESEMPENHO ÉTICO-PROFISSIONAL SIGILO PROFISSIONAL		
		REVISÃO E AVALIAÇÃO		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM				
Estudo individual e grupal. Exposição dialogada; Debates; Técnicas vivenciais de Dinâmica de grupo; Teatro, etc.				
RECURSOS DIDÁTICOS				
Quadro branco e marcadores. Slides apresentados através de projetor multimídia. Microcomputadores e outros dispositivos de comunicação. Apostilas.				
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Pesquisa; Exercícios/Trabalhos Orais e Escritos; Avaliações Orais e/ou Escritas (provas individuais				

e/ou em grupo com e/ou sem consulta); Debates/Discussões Seminários/Apresentações, Participação individual e no grupo.

ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES

1ª Avaliação: Unidades – I

2ª Avaliação: Unidades – II e III

3ª Avaliação: Unidades – IV e V.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

ALMEIDA, L. **O Trabalhador no mundo contemporâneo – Psicodrama nas organizações.**

CATALDI, M. J. G. **O stress no ambiente de trabalho.** 1ªed. São Paulo: LTr, 2002. São Paulo: Ed. Agora, 2004.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional.** 9ªed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Complementar:

CARVALHO, A. V. **Administração de Recursos Humanos.** Volume I, 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 1997.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos.** São Paulo: Editora Compacta, 1985.

CASTILHO, Á. **Dinâmica de Trabalho de Grupo.** São Paulo: Editora Qualitymark, 1992.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.

TELES, A. X. **Psicologia Organizacional.** São Paulo: Ática, 1984.

WHITE, J. & M. **Seu trabalho: sobrevivência ou satisfação? – Como desfrutar de seu trabalho,** 2ª Ed. São Paulo: Ed. Juerp, 1994.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO			
CARGA HORÁRIA: 67 HORAS	PERÍODO: 6º	SEMESTRE LETIVO: 2014.2	CRÉDITOS: 04
OBJETIVOS			
<ul style="list-style-type: none">• Instrumentalizar os alunos para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos na área de desenvolvimento de sistemas de informação;• Fornecer conhecimentos e ferramentas auxiliares à gestão desses empreendimentos;• Orientar o desenvolvimento de competências em gestão de negócios;			
EMENTA			
A informática como área de negócios: análise dos diversos setores de mercado, suas características e tendências; O empreendimento e o empreendedor; Técnicas de negociação; Desenvolvimento organizacional; Qualidade total; Política nacional de Informática; Planejamento de empreendimentos em Informática			
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS			
UNIDADE	ASSUNTO		
I CONCEITOS FUNDAMENTAIS	EMPREENDEDORISMO – CONCEITO		
	ANÁLISE HISTÓRICA – AÇÕES DESENVOLVIDAS NO MUNDO		
	RELATÓRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DO EMPREENDEDOR BRASILEIRO		
	CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS		
II GESTÃO DO EMPREENDIMENTO	ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS		
	PLANEJAMENTO		
	ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESA JURÍDICA		
	PATENTES, LEGISLAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
III ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO	PLANO DE NEGÓCIOS		
	ELABORAÇÃO PRÁTICA DE UM PLANO DE NEGÓCIOS		
MÉTODOS E TÉCNICAS DE APRENDIZAGEM			
Aulas expositivas e dialogadas com auxílio de quadro branco e pincel. Para a elaboração do plano de negócios, será necessária a utilização do laboratório de informática.			
RECURSOS DIDÁTICOS			
Quadro branco, Pincel, Laboratório de informática com acesso à Internet.			
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM			
Exercícios teóricos escritos e prática em laboratórios de informática			
ÉPOCA DAS AVALIAÇÕES			
1ª Avaliação: Unidade I			
2ª Avaliação: Unidade II			
3ª Avaliação: Unidades III			
BIBLIOGRAFIA			
Básica: DRUCKER, Peter Ferdinando. Inovação e espírito empreendedor : entrepreneurship , 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e			

